



# Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Fevereiro  
2018

N.º 113

**Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná**

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

[www.fecomerciopr.com.br](http://www.fecomerciopr.com.br) – [federacao@fecomerciopr.com.br](mailto:federacao@fecomerciopr.com.br)

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Ricardo Glatz

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná.  
Os acessos poderão ser feitos através do site: [www.fecomerciopr.com.br](http://www.fecomerciopr.com.br)

**CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS**

O ano de 2018 começa tendo como referencia os bons antecedentes da economia brasileira em 2017, principalmente quando comparado ao biênio 2015/2016. Houve melhoria em vários indicadores de desempenho conjuntural da economia brasileira.

Pode ser destacado como extremamente importante a combinação verificada da queda nos juros e redução da inflação, que podem ser consideradas fatores imediatos da recuperação da economia em 2017 e continuidade em 2018 (principalmente no 1.º semestre). Associado à combinação acima, outros avanços que impactaram positivamente a estrutura produtiva do país em 2017 em relação a 2016, foram:

- a)** superávit da balança comercial e elevação da corrente de comércio;
- b)** crescimento das Reservas Cambiais no Banco Central-BC;
- c)** expansão do Investimento Estrangeiro Direto-IED, elevando oferta interna de dólares, não especulativos, importantes para inovação, modernização, produtividade e competitividade;
- d)** controle da Dívida Externa, principalmente devido a queda dos juros: redução de US\$ 323,7 bilhões para US\$ 309,5 bilhões. Mais de 80% é dívida de médio e longo prazo; 16,5% é de curto prazo; sendo 40% dívida do setor público e 60,0% do setor privado;
- e)** maior oferta de dólares no mercado mundial, contribuindo para estabilidade cambial;
- f)** o mercado de ações/ 2017 superou em quase 10 mil pontos- índice BOVESPA- a média de 2016;
- g)** o Risco-País-RP em janeiro/2017 foi 328 pontos; ao final do ano, em dezembro/2017 atingiu 244 pontos; em janeiro/2018 caiu para 234 pontos. Quanto menor o RP, maior a confiança dos investidores em relação a capacidade de pagamento das dívidas pelo país devedor;
- h)** juros do Federal Reserve Bank dos EUA sem grandes alterações;
- i)** melhor poder médio de compra dos assalariados, associado a criação de empregos e menor % de desocupação em 2017: 1.º tri.:13,7%; 4.º tri.: 11,8%

As contas nacionais-CN, que calculam o PIB-Produto Interno Bruto e seus componentes, apresentaram no 3.º trimestre/2017 a primeira elevação do Investimento Bruto Interno-IBI, após 15 trimestres sem expansão. Acrescente-se ao crescimento do Investimento, a continuidade da elevação do Consumo das Famílias. Esse crescimento do IBI revela a confiança de muitos ramos de produção, a partir dos indicadores conjunturais do mercado, na melhoria da economia, suficiente para justificar o adicional de Investimento. Por outro lado, a continuidade do crescimento do Consumo das Famílias em relação ao ano anterior, permite identificar ampliação do poder de compra, da massa salarial e empregos.

Para 2018, as perspectivas para a economia brasileira são positivas (sobre o triênio 2015-2017), especialmente quando projeções de entidades do setor público e setor privado apresentam, a partir dos indicadores atuais disponíveis, projeções de crescimento do PIB entre 2,5% e 3,0%. Tem-se ademais, um distanciamento cada vez maior, da relação anterior que existiu entre atuação do setor privado e de alguns segmentos do poder político no país. Os empresários do sistema de produção, vem demonstrando condições de atuarem com autonomia e definir decisões, de forma a priorizar o mercado econômico.

**Assessoria Econômica**

**Curitiba, 09 de março de 2018.**

## ÍNDICE

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas e gráficos	04
<b>I</b>	<b>Nível de Atividade Econômica</b>	<b>05</b>
	1. Produto e Renda	05
	2. Mercado de Trabalho	11
	3. Nível de Salário	12
	4. Nível de Preços	14
	5. Taxa de Juros e Poupança	16
	6. Mercado de Ações	17
	7. Risco País	18
	8. Variação do Dólar	19
<b>II</b>	<b>Atividade Empresarial</b>	<b>21</b>
	9. Comércio Varejista no Paraná	21
	10. Outros indicadores relativos ao comércio e consumidores	25
	11. Abertura de Empresas no Paraná	26
	12. Falências Decretadas no Brasil	27
	13. Crédito: Demanda e Inadimplência	28
	14. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	29
<b>III</b>	<b>Setor Público</b>	<b>31</b>
	15. Arrecadação do Governo	31
	16. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	32
	17. Superávit Primário	33
<b>IV</b>	<b>Relações com o Exterior</b>	<b>35</b>
	18. Comércio Exterior Brasileiro	35
	19. Comércio Exterior Paranaense	43
	20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	50
	21. Dívida Externa Brasileira	50
	22. Reservas Cambiais	51

### TABELAS E GRÁFICOS

<b>01</b>	Produto Interno Bruto	05
<b>02</b>	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	06
<b>03</b>	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	06
<b>04</b>	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	07
<b>05</b>	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	08
<b>06</b>	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	08
<b>07</b>	Brasil: Componentes da demanda no PIB	08
<b>08</b>	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	09
<b>09</b>	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	10
<b>10</b>	Brasil e Curitiba: Taxa de Desocupação	11
<b>11</b>	Brasil: Salário Mínimo	12
<b>12</b>	Paraná: Salário Mínimo	13
<b>13</b>	Índice de Preços	14
<b>14</b>	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	15
<b>15</b>	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	16
<b>16</b>	Poupança	16
<b>17</b>	Bolsa de Valores de São Paulo	17
<b>18</b>	Risco País	18
<b>19</b>	Variação do Dólar	19
<b>20</b>	Variação das Vendas	22
<b>21</b>	Vendas Comparadas ao Mês Anterior	24
<b>22</b>	Vendas Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	24
<b>23</b>	Vendas Acumuladas no ano Comparadas ao Ano Anterior	24
<b>24</b>	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	24
<b>25</b>	Índice de sondagem do Comércio FGV	25
<b>26</b>	Índice de sondagem do Consumidor FGV	25
<b>27</b>	Índice de Confiança do empresário do comércio CNC	25
<b>28</b>	Intenção de consumo das famílias	25
<b>29</b>	Abertura de Empresas no Paraná	26
<b>30</b>	Falências no Brasil	27
<b>31</b>	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	28
<b>32</b>	Indicador Boa Vista de Inadimplência	28
<b>33</b>	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	29
<b>34</b>	Produção Física Industrial – Por Setor	29
<b>35</b>	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	31
<b>36</b>	Participação da Carga Tributária no PIB	31
<b>37</b>	Dívida Pública Federal Interna	32
<b>38</b>	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	33
<b>39</b>	Brasil: Balança Comercial	35
<b>40</b>	Brasil: Intercâmbio Comercial	36
<b>41</b>	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	37
<b>42</b>	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	38
<b>43</b>	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	38
<b>44</b>	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
<b>45</b>	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
<b>46</b>	Brasil: Principais Produtos Exportados	40
<b>47</b>	Brasil: Principais Produtos Importados	40
<b>48</b>	Balança Comercial Brasileira – Com e Sem petróleo e derivados	40
<b>49</b>	Brasil: Exportação por Intensidade Tecnológica	41
<b>50</b>	Brasil: Importação por Intensidade Tecnológica	41
<b>51</b>	Paraná: Balança Comercial e Corrente de comércio	43
<b>52</b>	Paraná: Intercâmbio comercial com o MERCOSUL	44
<b>53</b>	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	45
<b>54</b>	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	45
<b>55</b>	Paraná: Principais Países de destino de Produtos	46
<b>56</b>	Paraná: Principais Produtos Exportados	46
<b>57</b>	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	47
<b>58</b>	Paraná: Principais Empresas Exportadoras	47
<b>59</b>	Paraná: Principais Empresas Importadoras	47
<b>60</b>	Paraná: Exportação – Totais por Fator Agregado	48
<b>61</b>	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais	48
<b>62</b>	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	49
<b>63</b>	Dívida Externa Brasileira	50
<b>64</b>	Brasil: Participação da Dívida Externa	50
<b>65</b>	Brasil: Reservas Cambiais	51

# I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 1. PRODUTO E RENDA

### 1.1. O PIB do Brasil e do Paraná (\*)

O PIB do 3.º trimestre de 2017 apresentou, conforme o IBGE, duas constatações importantes quanto ao desempenho: uma foi a continuidade do crescimento do consumo das famílias-CF; outra, foi a expansão do investimento bruto interno-IBI.

Até meados de 2016, as políticas de incentivo à demanda adotadas pelo Governo Federal tiveram esgotados os efeitos esperados em relação ao consumo das famílias, devido outros fatos que prevaleceram na economia: maior desemprego, contenção da massa de salários, redução do poder de compra, comprometimento da renda disponível com dívidas anteriores, inflação alta e juros SELIC elevados em 2015 e 2016. Ademais, em 2017, vários governos estaduais tiveram dificuldades orçamentárias: atrasaram ou adiaram pagamento dos salários dos respectivos funcionários, o que também implicou na contenção do consumo.

Em 2017, adotaram-se mudanças nas políticas econômicas, que possibilitaram melhoria no consumo, onde cabe destacar: a liberação de saldos de contas inativas do FGTS, utilizadas pelos beneficiários para regularizar dívidas, ou elevar consumo ou, mesmo, em alguns casos, destinar parte do saldo como reserva de valor para gastos futuros; liberação a partir da 2.ª quinzena de outubro/2017 de saldos das contas do PIS/PASEP.

Acrescente-se aos fatores acima, outros também importantes: redução da inflação e a queda dos juros SELIC pelo BC; excelentes resultados das contas externas (balança comercial em relação a 2016); crescimento do investimento estrangeiro direto-IED (entrada de capital privado do exterior); dívida externa sob gestão adequada (especialmente com a queda dos juros SELIC); menor risco país; maior oferta de dólares no mercado externo.

Houve uma inversão do perfil do mercado de trabalho e emprego, com a criação de vagas em ramos específicos da indústria de transformação: veículos e equipamentos de transporte, tratores e colheitadeiras, papel e celulose, produtos de madeira e móveis, e couro e calçados. A destacar a criação de vagas (CAGED) nos serviços industriais de utilidade pública: energia elétrica, saneamento e limpeza urbana.

O crescimento do consumo das famílias detém importante efeito multiplicador que contribui para aquecer a demanda interna. Repercute diretamente, de forma mais intensa, sobre o varejo e respectivos segmentos, aumentando vendas ou alterando padrões até então predominantes de produtos comercializados: redirecionando o consumo de bens alternativos ou substitutos para marcas ou categorias de maior valor agregado. A elevação do consumo das famílias é importante, mas não o suficiente. Há que se considerar que o investimento do governo- formação de capital fixo-, caiu em relação a trimestres anteriores, o que compromete a expansão e a qualidade da infraestrutura disponível e necessária à consolidação do crescimento da economia. Todavia, ocorreu elevação dos investimentos em ramos específicos da indústria (com inovações tecnológicas) e do comércio (supermercados, shoppings-centers, etc.). Consideram-se como muito positivas as perspectivas para expansão da economia e do PIB em 2018.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (\*)  
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (no ano) (%)	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real no ano (%)	
	1	2	3	4	5	6	
2008	3.020.522	14,01	5,1	185.684	12,39	4,0	6,15
2009	3.228.168	6,87	-0,1	196.676	5,92	-1,7	6,09
2010	3.748.969	16,13	7,5	225.205	14,51	9,9	6,01
2011	4.272.946	13,98	4,0	257.122	14,17	4,6	6,02
2012	4.703.863	10,08	1,9	285.620	11,08	0,0	6,07
2013	5.331.619	13,35	3,0	333.481	16,76	5,5	6,25
2014	5.778.953	8,39	0,5	348.084	4,38	-1,5	6,02
2015	5.996.000	3,76	-3,5	376.960	8,30	-3,4	6,29
2016	6.259.228	4,39	-3,5	386.957	2,65	-2,4	6,18
2017*	4.857.347	-22,40	-0,2	412.784	6,67	2,1	8,50

Fonte: Brasil:www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) ( Em 15/02/2017)

Paraná: www.ipardes.gov.br ( Em 15/02/2017)

Paraná: 2016 e 2017: estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração

(\*) Dados referentes ao acumulado nos 3 (três) primeiros trimestres do ano )

(\*\*) 4.º trimestre e ano de 2017: não divulgados até fechamento desta edição.

## 1. PRODUTO E RENDA

## 1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)

(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2016 3º Tri	2016 4º Tri	2017 1º Tri	2017 2º Tri	2017 3º Tri	2017 - 3º TRI		Variação 2016/ 2015 (Com ajuste sazonal)
						Variação % trimestre anterior	Participação % do Setor no PIB Total	
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>76.181</b>	<b>54.340</b>	<b>96.588</b>	<b>84.001</b>	<b>70.288</b>	<b>-16,33</b>	<b>4,28</b>	<b>18,2</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>300.488</b>	<b>298.796</b>	<b>288.873</b>	<b>298.308</b>	<b>314.558</b>	<b>5,45</b>	<b>19,16</b>	<b>-1,4</b>
1. Extrativa mineral	16.239	20.126	26.913	25.003	21.266	-14,94	1,30	-45,1
2. Transformação	171.426	167.626	152.154	165.918	179.025	7,90	10,91	2,3
3. Construção civil	75.590	73.420	73.439	72.100	75.658	4,93	4,61	-1,0
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	37.233	37.623	36.367	35.287	38.609	9,41	2,35	17,7
<b>SERVIÇOS</b>	<b>987.981</b>	<b>1.060.874</b>	<b>985.571</b>	<b>1.032.770</b>	<b>1.030.711</b>	<b>-0,20</b>	<b>62,80</b>	<b>5,9</b>
1. Comércio	179.391	182.195	166.388	175.569	184.859	5,29	11,26	2,0
2. Transporte, armazenagem e correio	60.939	60.084	58.450	61.739	64.542	4,54	3,93	2,8
3. Serviços de informação	44.148	46.156	44.287	43.757	44.588	1,90	2,72	-0,3
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	112.115	114.896	116.928	113.114	108.072	-4,46	6,58	21,4
5. Outros serviços(1)	236.296	245.722	235.454	249.873	254.398	1,81	15,50	4,0
6. Atividades imobiliárias e aluguel	131.354	134.061	134.675	137.001	138.737	1,27	8,45	5,2
7. Administração, saúde e educação públicas	223.739	277.760	229.389	251.717	235.515	-6,44	14,35	7,0
<b>Impostos líquidos sobre produtos</b>	<b>209.820</b>	<b>217.396</b>	<b>214.007</b>	<b>215.861</b>	<b>225.811</b>	<b>4,61</b>	<b>13,76</b>	<b>1,3</b>
<b>PIB : preços de mercado</b>	<b>1.574.470</b>	<b>1.631.406</b>	<b>1.585.039</b>	<b>1.630.940</b>	<b>1.641.368</b>	<b>0,64</b>	<b>100,00</b>	<b>4,4</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) Valores sujeitos a alteração (Consulta em 04/12/2017)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
<b>2014*</b>	--	<b>0,5</b>	<b>2,8</b>	<b>-1,5</b>	<b>1,0</b>
2º Tri	-1,2	-1,1	-1,2	-2,5	-0,6
3º Tri	-0,6	0,1	-1,7	0,5	0,3
4º Tri	-0,2	0,0	1,6	-0,4	0,0
<b>2015*</b>	--	<b>-3,5</b>	<b>3,6</b>	<b>-6,3</b>	<b>-2,7</b>
1º Tri	-1,8	-1,0	6,9	-1,6	-1,3
2º Tri	-3,0	-2,2	-4,0	-4,0	-1,2
3º Tri	-4,5	-1,5	-2,6	-1,5	-1,1
4º Tri	-5,8	-1,2	0,7	-1,7	-0,6
<b>2016*</b>	--	<b>-3,6</b>	<b>-6,6</b>	<b>-3,8</b>	<b>-2,7</b>
1º Tri	-5,4	-0,6	-3,2	-0,8	-0,4
2º Tri	-3,6	-0,3	-1,0	1,0	-0,7
3º Tri	-2,9	-0,7	-2,1	-1,4	-0,5
4º Tri	-2,5	-0,9	1,0	-0,7	-0,8
<b>2017</b>	--	--	--	--	--
1º Tri	0,0	1,3	12,9	1,2	0,3
2º Tri	0,4	0,7	-2,3	-0,4	0,8
3º Tri	1,4	0,1	-3,0 (**)	0,8	0,6

Fonte: www.ibge.gov.br – Valores com ajuste sazonal/deflacionados (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 04/12/2017)

(1) O segmento sob denominado outros serviços inclui: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis não imobiliários; outros serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esporte e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos; e serviços domésticos.

\* Valores anuais.

(\*\*) 4.º trimestre e ano de 2017: não divulgados até fechamento desta edição.

**1. PRODUTO E RENDA****1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada da economia é constituída pela soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo mais variação de estoques); 4) balança comercial: exportações menos importações. O investimento bruto interno-IBI considera investimento público e privados e também o investimento externo no país; todavia, não contabiliza investimentos nacionais em outros países.

Até 2016, cada componente da demanda agregada expressava as restrições econômicas do país, que prevaleciam desde o último trimestre de 2014, muito acima do previsto pelo governo.

As políticas de incentivo à demanda do Governo federal vigentes até meados de 2016 esgotaram os efeitos esperados em relação ao consumo das famílias, devido outras ocorrências que predominaram: maior desemprego, contenção da massa de salários, redução do poder de compra, comprometimento da renda disponível, inflação alta e juros elevados em 2015 e 2016. Ademais, em 2017, vários governos estaduais atrasaram ou adiaram pagamentos aos respectivos servidores, o que também resultou na contenção do consumo.

Passaram a vigorar mudanças na política econômica em 2017, que possibilitaram melhoria no consumo. Uma foi a liberação de saldos de contas inativas do FGTS, utilizadas pelos beneficiários, em parte, para regularizar dívidas. Outra anunciada pelo governo a vigorar a partir da 2.ª quinzena de outubro/ 2017 foi a liberação dos saldos das contas do PIS/PASEP.

Junte-se às providências acima a redução da inflação e dos juros SELIC, os excelentes resultados das contas externas da balança comercial (em relação a 2016), e o crescimento do investimento estrangeiro direto-IED (entrada de capital privado do exterior).

O aumento do consumo das famílias detém importante efeito multiplicador para aquecer a demanda. Repercute diretamente, de forma mais intensa, sobre o varejo e respectivos segmentos, aumentando vendas ou alterando padrões predominantes de produtos comercializados: redirecionando o consumo de bens alternativos ou substitutos para marcas categorias de maior valor agregado. No entanto, o crescimento do consumo das famílias é importante, mas não é suficiente.

Importante fato contido na divulgação do PIB do 3.º trimestre/2017 foi a obtenção da 1.ª elevação do Investimento Interno no país, após 15 trimestres consecutivos de queda. Em parte esse resultado pode ser associado à recuperação da economia, principalmente quedas da inflação e dos juros, mais um ambiente de estabilidade institucional e obediência aos preceitos democráticos.

As dificuldades recentes nas contas do setor público, em 2017, nos três níveis de governo (federal, estaduais e municipais), atuaram como fatores restritivos ao consumo do governo e a formação de capital fixo do setor público. Nos Estados ou municípios nos quais houve atrasos nos pagamentos salariais, o consumo de famílias teve queda ou adiamento. Uma alternativa a ser considerada em relação à formação de capital fixo é a implementação de "parcerias público-privadas", as 'PPP's, pelas quais parcela dos gastos em investimentos seriam assumidos pelo setor privado, permitindo assim melhorar indicadores da infraestrutura. Ao governo caberia definir contratos que expressassem, sob regulamentação explícita à sociedade, as obrigações e compromissos mútuos dos contratantes, a serem acompanhados por agências nacionais reguladoras.

A balança comercial-BC apresenta melhoria comparada aos trimestres anteriores, beneficiada que foi pelo melhor desempenho das exportações e redução das importações, estas devido a redução da performance da Indústria.

**TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA**  
(A Preços Correntes - Em R\$ bilhões)

Tipo de Demanda	2015 4ºTri	2016 1ºTri	2016 2ºTri	2016 3ºTri	2016 4ºTri	2017 1ºTri	2017 2ºTri	2017 3ºTri
<b>Consumo das famílias</b>	<b>976,8</b>	<b>946,6</b>	<b>960,0</b>	<b>1.009,6</b>	<b>1.042,2</b>	<b>1.003,6</b>	<b>1.021,1</b>	<b>1.048,8</b>
<b>Consumo do Governo</b>	<b>342,8</b>	<b>282,8</b>	<b>307,9</b>	<b>303,4</b>	<b>369,3</b>	<b>307,7</b>	<b>331,9</b>	<b>311,9</b>
<b>Investimento Bruto Interno</b>	<b>212,7</b>	<b>244,6</b>	<b>248,3</b>	<b>259,9</b>	<b>218,5</b>	<b>271,1</b>	<b>242,4</b>	<b>265,4</b>
Formação bruta de capital fixo	256,8	249,0	256,7	260,5	254,8	248,6	248,8	263,9
Variação de estoque	-44,1	-4,4	-8,4	-0,5	-36,3	22,4	-6,4	1,4
<b>Balança Comercial</b>	<b>-0,7</b>	<b>-201</b>	<b>14,2</b>	<b>7,3</b>	<b>0,6</b>	<b>12,2</b>	<b>35,6</b>	<b>15,2</b>
Exportações	216,3	195,4	207,4	192,9	185,1	192,5	216,2	210,5
Importações (-)	217,0	195,6	193,2	185,6	184,5	180,3	180,6	195,2
<b>Demanda Agregada Total</b>	<b>1.531,6</b>	<b>1.473,8</b>	<b>1.530,4</b>	<b>1.580,2</b>	<b>1.630,6</b>	<b>1.594,5</b>	<b>1.630,9</b>	<b>1.641,4</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Valores a Preços Correntes) (Consulta em 04/12/2017)

## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2008	142.051	717.907	1.766.519	2.626.478	483.325	3.109.803	1.857.510	585.868	602.846	69.475	420.881	426.776
2009	149.213	729.222	1.971.328	2.849.763	483.277	3.333.039	2.065.033	654.964	636.676	-10.193	361.680	375.120
2010	159.932	904.158	2.238.750	3.302.840	583.007	3.885.847	2.340.167	738.966	797.946	49.220	417.270	457.722
2011	190.024	1.011.034	2.519.403	3.720.461	655.921	4.376.382	2.637.814	817.038	901.927	53.274	501.802	535.473
2012	200.695	1.065.682	2.827.882	4.094.259	720.501	4.814.760	2.956.834	892.180	997.460	33.728	563.474	628.916
2013	240.290	1.131.626	3.181.844	4.553.760	777.859	5.331.619	3.290.422	1.007.275	1.114.944	41.685	620.077	742.784
2014	249.975	1.183.094	3.539.665	4.972.734	806.219	5.778.953	3.638.404	1.106.874	1.148.453	39.030	636.375	790.183
2015	258.967	1.160.772	3.735.862	5.155.601	840.186	5.995.787	3.835.193	1.185.776	1.069.397	-25.433	773.468	842.614
2016	306.163	1.144.111	3.957.736	5.408.010	851.218	6.259.228	4.007.330	1.262.802	1.009.176	-46.053	782.067	756.094
2017 Acum. III Tri	250.877	901.739	3.049.052	4.201.668	655.679	4.857.347	3.071.748	944.348	757.589	20.230	619.001	555.570

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 04/12/2017)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 Acum. III Tri
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>5,9</b>	<b>6,1</b>	<b>4,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,7</b>	<b>6,0</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>27,9</b>	<b>25,4</b>	<b>27,4</b>	<b>27,2</b>	<b>26,0</b>	<b>24,9</b>	<b>23,8</b>	<b>22,5</b>	<b>21,2</b>	<b>21,5</b>
Extrativa Mineral	3,2	1,3	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7	2,1	1,1	1,7
Transformação	16,6	15,8	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0	12,2	11,9	11,8
Construção Civil	4,9	4,9	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9	2,4	2,7	2,6
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,1	3,4	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2	5,7	5,4	5,3
<b>SERVIÇOS</b>	<b>66,2</b>	<b>68,5</b>	<b>67,8</b>	<b>67,7</b>	<b>69,1</b>	<b>69,9</b>	<b>71,2</b>	<b>72,5</b>	<b>73,2</b>	<b>72,6</b>
Comércio	12,5	11,8	12,6	12,9	13,4	13,5	13,6	13,3	12,9	12,5
Transporte, armazenagem e correio	5,0	5,1	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	4,4	4,3	4,4
Serviços de informação	3,8	3,7	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4	3,2	3,2
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e Serv. Relac.	6,8	7,3	6,8	6,4	6,4	6,0	6,4	7,1	8,2	8,0
Outros Serviços	14,1	15,1	8,3	8,4	8,8	9,2	9,3	9,7	9,7	9,8
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,2	8,4	15,7	15,9	16,5	16,9	17,4	17,4	17,3	17,6
Adm., saúde e educação públicas	15,8	17,0	16,3	16,1	15,9	16,4	16,4	17,2	17,5	17,1
Valor adicionado a Preços Básicos	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Impostos sobre Produtos	17,5	16,2	17,7	17,6	17,6	17,1	16,2	16,3	15,7	15,6
PIB a Preços de Mercado	<b>117,5</b>	<b>116,2</b>	<b>117,7</b>	<b>117,6</b>	<b>117,6</b>	<b>117,1</b>	<b>116,2</b>	<b>116,3</b>	<b>115,7</b>	<b>115,6</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 04/12/2017)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 Acum. III Tri
Consumo das famílias	59,7	62,0	60,2	60,3	61,4	61,7	63,0	64,0	64,0	63,2
Consumo do governo	18,8	19,7	19,0	18,7	18,5	18,9	19,2	19,8	20,2	19,4
FBCF+variação de Estoques	21,6	18,8	21,8	21,8	21,4	21,7	20,5	17,4	16,1	15,6
Exportações de bens e serviços	13,5	10,9	10,7	11,5	11,7	11,6	11,0	12,9	12,5	12,7
Importações de bens e serviços	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,1)	(13,9)	(13,7)	(14,1)	(12,1)	(11,4)
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (consulta em 04/12/2017)



## 2. MERCADO DE TRABALHO

### 2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro

O mercado de trabalho apresenta dentre os seus indicadores a “criação de empregos” que, no Brasil, corresponde ao número de empregados admitidos menos os demitidos, fornecido pelo CAGED/MTE-Ministério do Trabalho e Emprego.

A criação de empregos em 2018 melhorou bastante em relação a 2017: a Indústria havia criado em 01/2017, 17.402 vagas; Serviços apresentou queda de 69.600 vagas, sendo a maioria concentrada no Comércio: -60.075; a Agropecuária, em 01/2017, teve queda de 10.663 vagas. O total do CAGED em 01/2017 foi negativo: -40.864 vagas,

Em 2017 o total de empregos criados (admitidos menos demitidos) foi negativo, com queda de 20.831 vagas, assim distribuídos: redução no setor Industrial, concentrado em “construção civil” (-103.968), e indústria de “transformação” (-19.900); o setor de Serviços apresentou crescimento no “Comércio” :40.087, e “Outros Serviços” :36.945. A Agropecuária cresceu: 37.004. Em 2016 e 2015, as demissões superaram admissões. Em 2017, houve melhora substancial em relação a 2016.

As categorias de mercado, na abordagem macroeconômica, correspondem a quatro grandes segmentos: 1) mercado de bens e serviços, no qual ocorrem a demanda e a produção e a oferta; 2) mercado monetário-financeiro: oferta e demanda de moeda e bolsa de valores; 3) mercado externo: exportações e importações; e 4) mercado de trabalho, no qual ocorre oferta e demanda de mão-de-obra e emprego e utilização da força de trabalho economicamente ativa e disponível.

Devido a sazonalidade, dezembro gera poucos empregos na Indústria de Transformação, pois encomendas do varejo para o final do ano: Black Friday e Natal ocorrem preferencialmente em agosto/outubro. Todavia, para o mercado externo, via exportações, não ocorre queda substancial na indústria de transformação, podendo manter empregos. A sazonalidade também reduz empregos no 1.º tri., período em que Indústria e Comércio avaliam tendências da economia para o restante do ano e daí restringindo empregos em relação aos demais meses.

O Comércio tradicionalmente gera mais vagas temporárias no final de ano (e datas comemorativas) e demite pouco nesses períodos, até como estratégia de atendimento da demanda mais aquecida no período. Na verdade, a recessão em 2015/2016, contribuiu para conter ou adiar investimentos no biênio, em um ambiente de incertezas, que restringiu empregos e consumo.

As perspectivas economia brasileira para 2018, após 2017, apontam inversão de tendência, especialmente pela queda da inflação e redução dos juros e aumento do PIB em 2017/18.

**TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Setor	2013	2014	2015	2016	2017	2018 Jan
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>244.446</b>	<b>-267.816</b>	<b>-1.048.250</b>	<b>-705.780</b>	<b>-134.293</b>	<b>65.194</b>
Extrativa Mineral	2.680	-2.348	-14.039	-11.888	-5.868	-351
Transformação	126.359	-163.817	-608.878	-322.526	-19.900	49.500
Serviços Industriais de Utilidade Pública	8.383	4.825	-8.374	-12.687	-4.557	1.058
Construção Civil	107.024	-106.476	-416.959	-358.679	-103.968	14.987
<b>SERVIÇOS</b>	<b>870.853</b>	<b>665.179</b>	<b>-503.942</b>	<b>-603.125</b>	<b>76.457</b>	<b>-3.005</b>
Comércio	301.095	180.814	-218.650	-204.373	40.087	-48.747
Administração Pública	22.841	8.257	-9.238	-8.643	-575	-802
Outros Serviços (*)	546.917	476.108	-276.054	-390.109	36.945	46.544
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>1.872</b>	<b>-370</b>	<b>9.821</b>	<b>-13.089</b>	<b>37.004</b>	<b>15.633</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.117.171</b>	<b>396.993</b>	<b>-1.542.371</b>	<b>-1.321.994</b>	<b>-20.832</b>	<b>77.822</b>

Fonte: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) (Consulta em 05/03/2018)

(\*) Outros Serviços conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino. (\*) CAGED

**2. MERCADO DE TRABALHO****2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

Em janeiro /2018, o CAGED no Paraná foi muito superior ao do mesmo mês de 2017. O ramo mais negativo foi o comércio varejista, tal como sazonalmente ocorre em janeiro. Por outro lado, os dados do ano de 2017 foram positivos, apesar de negativos em dezembro. O total de Admitidos superou o de Demitidos, indicativo do início da nova tendência vinculada à queda da inflação, redução dos juros SELIC/BC e elevação do PIB. O desempenho mais fraco no ano, negativo, foi o da Indústria (-402). O comércio: varejo e atacado, criou 3.899 novas vagas. Ainda é necessária a manutenção por alguns meses, do aumento de empregos, cujo desempenho será diretamente proporcional à elevação de Investimentos industriais e, do lado da demanda, pela combinação positiva da melhoria do poder de compra massa de salários e redução da inadimplência.

No biênio 2015/2016, os empregos criados no Paraná foram negativos, situação inversa à ocorrida de 2008 a 2014, quando houve em alguns ramos uma demanda de mão-de-obra acima da oferta. Até meados de 2014, foi comum o trabalhador optar pelo emprego em função da melhor remuneração e benefícios paralelos como: assistência-saúde, vale-alimentação e transporte.

A perspectiva de carreira até 2014, na entidade empregadora, não era prioritária. Havia grande rotatividade de mão-de-obra e dificuldades em preencher vagas em setores do varejo como: supermercados e hipermercados; hotéis, bares e restaurantes; e lojas franqueadas que buscam adequar o trabalhador aos padrões da loja/marca. Uma característica do procedimento desses ramos era contratar trabalhadores para 1.º emprego, sem experiência, sendo o treinamento providenciado na empresa. A Indústria da Construção Civil foi um dos ramos da atividade econômica mais penalizados com a carência de trabalhadores qualificados, especialmente em segmentos específicos tais como, por exemplo, a especialização exigida da mão-de-obra para *acabamento e finalização*.

**TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
<b>2009</b>	<b>21.264</b>	<b>18.572</b>	<b>4.183</b>	<b>2.069</b>	<b>27.377</b>	<b>-4.381</b>	<b>69.084</b>
<b>2010</b>	<b>41.527</b>	<b>33.831</b>	<b>5.159</b>	<b>340</b>	<b>53.125</b>	<b>-2.375</b>	<b>131.607</b>
<b>2011</b>	<b>36.721</b>	<b>26.672</b>	<b>6.597</b>	<b>1.876</b>	<b>51.557</b>	<b>493</b>	<b>123.916</b>
<b>2012</b>	<b>41.809</b>	<b>26.864</b>	<b>5.910</b>	<b>1.573</b>	<b>50.357</b>	<b>6.110</b>	<b>132.623</b>
<b>2013</b>	<b>18.711</b>	<b>22.254</b>	<b>5.881</b>	<b>2.112</b>	<b>39.196</b>	<b>2.195</b>	<b>90.349</b>
<b>2014</b>	<b>-4.969</b>	<b>9.779</b>	<b>3.728</b>	<b>586</b>	<b>32.050</b>	<b>-162</b>	<b>41.012</b>
<b>2015</b>	<b>-62.118</b>	<b>-13.526</b>	<b>482</b>	<b>162</b>	<b>-4.659</b>	<b>2.516</b>	<b>-77.143</b>
<b>2016</b>	<b>-33.134</b>	<b>-8.059</b>	<b>247</b>	<b>-137</b>	<b>-11.826</b>	<b>-1.500</b>	<b>-54.409</b>
<b>2017</b>	<b>-402</b>	<b>1.869</b>	<b>2.030</b>	<b>-39</b>	<b>7.752</b>	<b>917</b>	<b>12.127</b>
Jan	5.304	-3.568	495	-25	2.045	722	4.973
Fev	2.177	-931	1.327	-65	5.532	763	8.803
Mar	1.403	-1.068	-159	156	783	11	1.126
Abr	2.685	1.624	-137	171	2.485	-86	6.742
Mai	1.897	-143	-48	177	57	439	2.379
Jun	-2.728	-782	-396	-43	-59	447	-3.561
Jul	17	-45	147	-181	772	249	959
Ago	501	585	124	-324	432	-138	1.180
Set	2.373	1.406	472	170	-767	-853	2.801
Out	592	2.338	536	-32	1.381	-66	4.749
Nov	-1.632	3.042	156	-50	218	-301	1.433
Dez	-14.461	-1.208	-712	-442	-7.471	-709	-25.003
<b>2018</b>	<b>7.017</b>	<b>-2.052</b>	<b>891</b>	<b>43</b>	<b>5.438</b>	<b>300</b>	<b>11.637</b>
Jan	7.017	-2.052	891	43	5.438	300	11.637

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 05/03/2018)- Valores sujeitos à alterações.

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(\*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(\*\*) A diferença entre a somatória de anual e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

**2. MERCADO DE TRABALHO****2.3. Taxa de desocupação**

O IBGE deixou de calcular a “taxa de desemprego”. Passou a vigorar a “taxa de desocupação”, conforme Tabela 10.1, com detalhes sobre os conceitos utilizados. O índice PNAD-Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios é utilizado para cálculo da Taxa de Desocupação, conceito mais amplo que contempla número maior de cidades.

A PNAD do 4.º trimestre atingiu 11,8%, menor (e melhor) que os trimestres anteriores, cujos valores atingiram, respectivamente, 13,7%; 13,0% e 12,4%. Em 2017, a taxa de desocupação anual atingiu 12,7%. Em 2016, a desocupação foi menor: atingiu 11,5%.

No Paraná, a taxa de desocupação desde 2015 tem sido menor que a brasileira (até 3.º trimestre de 2017). No entanto, a desocupação no Paraná, comparada à da região Sul desde 2015 até 3.º trimestre de 2017, apresentou taxas maiores, mais incentivadas pelo melhor desempenho de Santa Catarina.

TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO		
Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
2015	6,8	--

TABELA 10.1 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO				
Período	Taxa de Desocupação Variação %			Desocupados (em milhares)
	Brasil	Sul	Paraná	Brasil
2014	6,80	4,10	4,00	6.452
2015 1º Tri	7,94	5,10	5,30	7.934
2º Tri	8,31	5,52	6,20	8.354
3º Tri	8,88	5,99	6,10	8.979
4º Tri	8,96	5,70	5,80	9.073
2015	8,52	5,58	5,90	8.585
2016 1º Tri	10,90	4,75	8,10	11.089
2º Tri	11,30	5,17	8,20	11.586
3º Tri	11,80	5,04	8,50	12.022
4º Tri	12,00	4,94	8,10	12.342
2016	11,50	5,00	8,20	11.760
2017 1º Tri	13,70	9,29	10,30	14.176
2º Tri	13,00	8,40	8,90	13.486
3º Tri	12,40	7,9	8,5	12.961
4º Tri	11,80	7,7	8,3	12.311
2017	12,70	--	--	13.234
2018 - Nov-dez-jan	12,20	--	--	12.689

Taxa de desocupação: Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, [Desocupados / força de trabalho] x 100.

Pessoas desocupadas: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Pessoas na força de trabalho: As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas no período.

Fontes: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Trabalho e rendimento - mensal) - (Consulta em 28/02/2018).  
RM Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 28/02/2018)

<sup>(1)</sup> IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.

**3. NÍVEL DE SALÁRIO****3.1. Salário Mínimo no Brasil**

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

**TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO**

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67
2017	937,00	6,48	286,29	3,273	1/1/2017	6,29
2018	954,00	1,81	291,82	3,269	1/1/2018	2,95

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 05/01/2018)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, passando a vigorar desde então. O país foi então dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. (Consulta em 05/01/2018).

### 3. NÍVEL DE SALÁRIO

#### 3.2. Salário Mínimo no Paraná

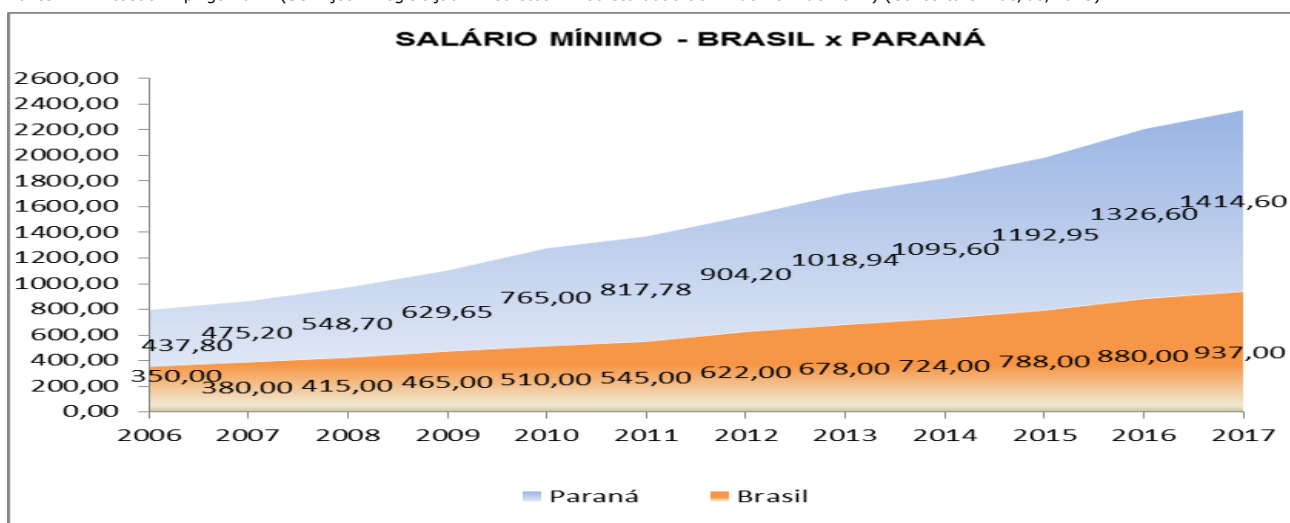
O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei 15.118 de 2006; b) Lei 15.486 de 2007; c) Lei 15.826 de 2008; d) Lei 16.099 de 2009; e) Lei 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015; k) Decreto Lei 18766 de 01 de Maio de 2016; l) Decreto n.º 6638 de 12 de abril de 2017. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados tem sido superiores aos valores do mínimo do governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	437,80	45,93	190,35	2,071	1/5/2006	4,63
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2015	8,17
2016	1.326,60	11,20	384,52	3,450	1/5/2016	9,39
2017	1.414,60	6,63	446,25	3,170	1/5/2017	4,57

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 6638 de 12 de Abril de 2017) (Consulta em 08/05/2015).



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA de Abril a Maio)

**GRUPO I** – R\$ 1.223,20 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO II** – R\$ 1.269,40 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO III** – R\$ 1.315,60 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO IV** – R\$ 1.414,60 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

## 4. NÍVEL DE PREÇOS

### 4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

**1.º) IPCA:** índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

**2.º) IPC:** inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA <sup>(1)</sup>	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC <sup>(2)</sup>	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

### 4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.

#### 4. NÍVEL DE PREÇOS

##### 4.3. Taxa de Inflação

A inflação em janeiro de 2018 (0,29%) foi inferior à do mesmo mês do ano anterior (0,38%). Em 2017, a inflação se manteve abaixo de 2016: (2,95%), valor menor que a meta de inflação do BC para o ano: 4,5%. Em dezembro, a inflação mensal foi a maior do ano: 0,44%. Os números de 2017 surgem na sequência da queda mensal ocorrida desde agosto/2016. Importante: a inflação de 2016: 6,29%, foi bem inferior à de 2015 (10,67%) e abaixo do limite superior da meta inflacionária de 2016: 6,50%, indicando inversão de tendência em relação a 2015. Também a mencionar que nos meses do último quadrimestre/2016, a inflação foi sensivelmente menor que igual período de 2015. Em junho/ 2017 a inflação foi negativa, ou seja, deflação, que refletiu a combinação de: desemprego, redução na demanda e menor poder de compra do mercado.

Em 2017, a política econômica teve como componentes principais a contribuírem na queda da inflação: redução da taxa de juros e oferta agrícola excepcional a permitir queda dos preços desse segmento. E ainda o crescimento do PIB. Ademais, a queda do nível de atividade econômica no país, destacando-se a queda no PIB em 2016, foi fator adicional importante para contenção de preços, em especial no 1.º sem./2017.

TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO							
Período	Brasil			Meta de Inflação (%)	Curitiba		
	IPCA (IBGE) (%)				IPC (IPARDES) (%)		
2008	5,90			4,5	4,85		
2009	4,31			4,5	3,88		
2010	5,91			4,5	5,09		
2011	6,50			4,5	5,81		
2012	6,20			4,5	5,91		
2013	5,56			4,5	6,17		
2014	6,41			4,5	6,05		
2015	10,67			4,5	10,71		
2016	6,29			4,5	5,40		
	Varição mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Varição mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Out	0,26	5,78	7,87		0,35	5,3	6,64
Nov	0,18	5,97	6,99		0,32	5,64	6,13
Dez	0,30	6,29	6,29		-0,22	5,40	5,40
<b>2017</b>		<b>2,95</b>		<b>4,5</b>		<b>3,93</b>	
Jan	0,38	0,38	5,35		0,91	0,91	5,46
Fev	0,33	0,71	4,76		0,26	1,17	4,94
Mar	0,25	0,96	4,57		-0,08	1,09	4,00
Abr	0,14	1,10	4,08		0,38	1,47	3,34
Mai	0,31	1,42	3,60		-0,09	1,38	2,81
Jun	-0,23	1,18	3,00		-0,22	1,15	2,30
Jul	0,24	1,43	2,71		0,42	1,58	2,08
Ago	0,19	1,62	2,46		0,65	2,24	3,06
Set	0,16	1,78	2,54		0,10	2,33	2,79
Out	0,42	2,21	2,70		0,56	2,90	3,00
Nov	0,28	2,50	2,80		0,25	3,16	2,93
Dez	0,44	2,95	2,95		0,75	3,93	3,93
<b>2018</b>				<b>4,5</b>			
Jan	0,29	0,29	2,86		-0,32	-0,32	2,67

Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Janeiro)

Transportes	1,10
Alimentação e Bebidas	0,74
Saúde e Cuidados Pessoais	0,42

Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Janeiro)

Vitória	0,70
Porto Alegre	0,68
Rio de Janeiro	0,42

Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Janeiro)

Vestuário	-0,98
Habitação	-0,85
Comunicação	0,11

Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Janeiro)

Brasília	-0,15
Recife	0,03
Goiânia	0,05

## 5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

Em fevereiro, o COPOM/BC baixou os juros SELIC para 6,75%, menor valor desde 2013. A SELIC, referência para os demais juros no país, é parâmetro para a dívida externa do governo e também para a correção da dívida pública. A taxa atual de 6,75%, no entanto, ainda é um valor alto, considerando que a inflação de 2016 foi 6,29% e, em 2017, caiu mais: 2,95%. São valores que equivalem a uma taxa real de juros, sem inflação, próximo a 5,0% que, mesmo assim, é uma taxa elevada quando comparada aos juros de economias desenvolvidas. Constitui indicador importante que poderá influenciar a oferta de crédito, a dívida pública e auxiliar na melhoria do PIB em 2018. Todavia, para uma economia que busca o desenvolvimento econômico e possui diversos desequilíbrios internos, precisando redirecionar aplicações financeiras/especulativas para inversões em capital produtivo, é uma taxa elevada.

Pode representar um indicativo do início de nova tendência, para 2018. Até julho de 2015, a política de aumento dos juros do Comitê de Política Monetária-COPOM/ BC, priorizava desaquecimento do consumo, adiamento da demanda e contenção da elevação de preços. Essa terapia, que teve um sucesso relativo num primeiro momento, passou por um esgotamento em função dos fatores paralelos adicionais de contenção. Foi quando se justificou a inversão da política, priorizando queda dos juros, que vigora desde outubro/2016.

O padrão de emprego elevado até 1.º semestre de 2014 fez crescer componentes econômicos como: massa de salários, renda da população ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Todavia, na conjuntura atual, se justificam as inversões pelo esgotamento do modelo anterior.

**TABELA 15 – VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS SELIC DO BANCO CENTRAL**

2015		2016		2017		2018	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	12,25	Jan	14,25	Jan	13,00	Jan	7,00
Fev	12,25	Fev	14,25	Fev	12,25	Fev	6,75
Mar	12,75	Mar	14,25	Mar	12,25	Mar	
Abr	13,25	Abr	14,25	Abr	11,25	Abr	
Mai	13,25	Mai	14,25	Mai	10,25	Mai	
Jun	13,75	Jun	14,25	Jun	10,25	Jun	
Jul	14,25	Jul	14,25	Jul	9,25	Jul	
Ago	14,25	Ago	14,25	Ago	9,25	Ago	
Set	14,25	Set	14,25	Set	8,25	Set	
Out	14,25	Out	14,00	Out	7,50	Out	
Nov	14,25	Nov	13,75	Nov	7,50	Nov	
Dez	14,25	Dez	13,75	Dez	7,00	Dez	

**TABELA 16 – POUPANÇA (\*)**

	2017	2018
Mês	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,6708	0,3994
Fev	0,5304	0,3994
Mar	0,6527	
Abr	0,5000	
Mai	0,5768	
Jun	0,5539	
Jul	0,5626	
Ago	0,5512	
Set	0,5000	
Out	0,4690	
Nov	0,4273	
Dez	0,4273	

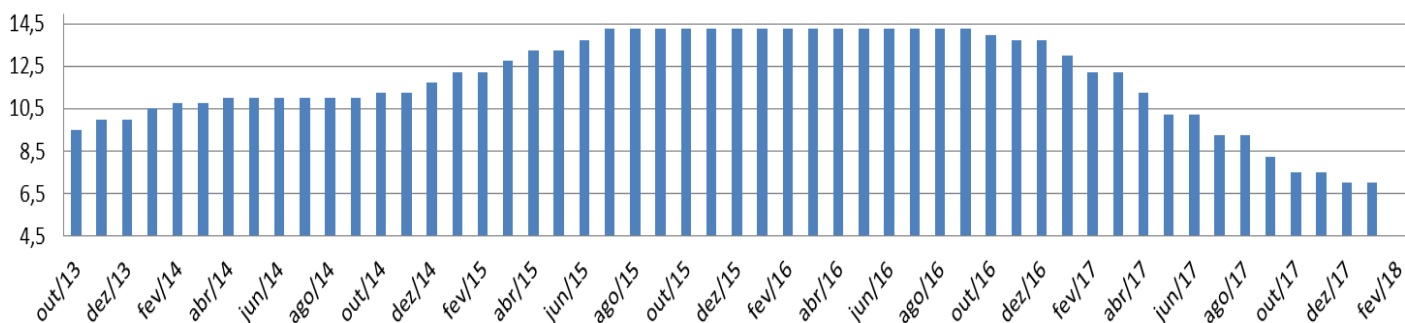
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 28/02/2018)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries Temporais

– Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 28/02/2018)

(\*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

**EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2013 a 2018**





## 6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice Bovespa de janeiro/2018 atingiu 81.711 pontos, superando todos os demais meses anteriores, desde 2010, e com tendência de crescimento. O quadrimestre setembro-dezembro/2017 se manteve acima de 70.000 pontos. Os valores mensais de 2017, todos, superaram os de 2016. Considerando o valor de janeiro/2018 associado aos de cada mês de 2017, representam um excelente desempenho, pois indica nova fase do mercado acionário. A grande entrada de dólares na economia brasileira a partir do último trimestre de 2016 contribuiu bastante para a elevação, bem como as mudanças surgidas no cenário político do país após agosto-setembro/2016, que ajudaram a melhorar o índice BOVESPA. No contexto anterior, até 1.º sem./ 2016, as restrições ao índice Bovespa tiveram como causas: 1) procedimentos das empresas no contexto de crise que reduziram respectivo valor de mercado; 2) vigência de políticas governamentais que desestimularam investimentos e levaram à contenção da economia; 3) cenário interno com deterioração de padrões éticos, morais e políticos por pessoas ou grupos com cargos/funções de relevância. Estas variáveis compuseram um quadro recessivo que há muito tempo não ocorria no país.

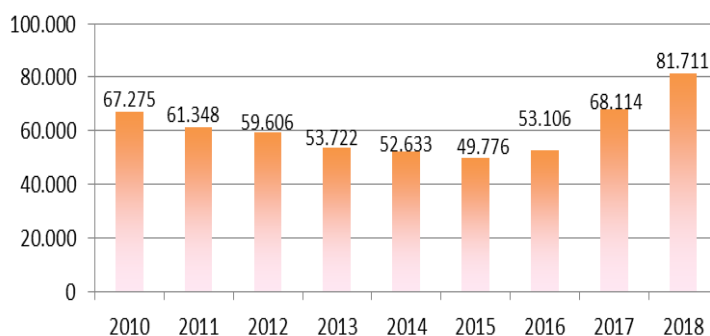
Menciona-se a possível alteração da opção dos investidores para outras aplicações, a partir da anunciada intenção do governo de privatizar algumas empresas públicas e também o crescimento da cotação das ações de algumas empresas de capital aberto. A realidade econômica atual ainda limita aplicações imobiliárias e favorece o mercado acionário. A disponibilidade de dólares e liquidez no mercado mundial é alta. Os indicadores da economia brasileira apontam para a superação da fase recessiva. Pode ser tida como uma cisão entre variáveis políticas e variáveis econômicas onde, cada vez mais, surge um distanciamento e ampliação da autonomia dessas duas categorias, permitindo aos tomadores de decisões se concentrarem no segmento produtivo. Aplicações no mercado acionário, em geral, não permitem retorno/ lucro no curto prazo, salvo situações excepcionais. Prevalece o potencial de maiores benefícios a médio e longo prazo.

A recuperação dos EUA permitiu um afluxo de aplicações naquele país e valorização do dólar. Alguns países desenvolvidos apresentam melhorias nas suas economias. O governo Trump, gera inquietações no contexto mundial, muitas associadas aos conteúdos de seus pronunciamentos.

**TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO**

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
<b>2009</b>	<b>52.748</b>	<b>-4,66</b>
<b>2010</b>	<b>67.275</b>	<b>27,54</b>
<b>2011</b>	<b>61.348</b>	<b>-8,77</b>
<b>2012</b>	<b>59.606</b>	<b>-2,84</b>
<b>2013</b>	<b>53.722</b>	<b>-9,87</b>
<b>2014</b>	<b>52.632</b>	<b>-2,03</b>
<b>2015</b>	<b>49.776</b>	<b>-5,43</b>
<b>2016</b>	<b>53.106</b>	<b>6,69</b>
<b>2017</b>	<b>68.114</b>	<b>28,26</b>
Jan	63.534	7,45
Fev	66.445	4,58
Mar	65.028	-2,13
Abr	64.469	-0,86
Mai	65.177	1,10
Jun	62.016	-4,85
Jul	64.504	4,01
Ago	64.997	6,67
Set	74.307	8,00
Out	76.116	2,43
Nov	73.358	-3,62
Dez	73.611	0,35
<b>2018</b>	--	--
Jan	81.711	11,00

**IBOVESPA - MÉDIA ANUAL**



Fonte: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br) – (Mercado – Ações – Índices – Índice Bovespa – Estatísticas Históricas – Evolução diária) (Consulta em 28/02/2018)

(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.

(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

## 7. RISCO- PAÍS

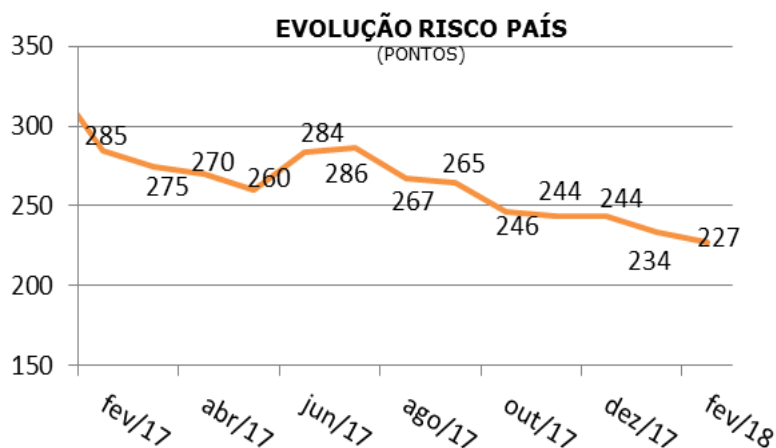
O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco do país não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos. Quanto maior o risco-país, maior a instabilidade econômica do país. O maior valor do risco-país/Brasil foi 2.436 pontos em set/2002, próximo das eleições; o menor foi 136 pontos em jan/2013. Possui características mais conjunturais que estruturais, vinculadas às circunstâncias do momento da mensuração.

O valor do risco-país de fevereiro/2018 atingiu 227 pontos. O valor referente ao ano de 2017 foi 271 pontos, abaixo dos valores de 2015/ 2016. Em dezembro/2017, o risco-país do Brasil atingiu 244 pontos. O valor de fevereiro/2018 sinaliza uma possível aceleração da queda do índice, desde que mantidos os demais indicadores conjunturais da economia. Quanto menor o risco-país, melhor, indicando tendência de estabilidade da economia. O risco-país Brasil apresenta os efeitos positivos de desempenho da economia, capitaneados pela queda da inflação e redução dos juros/SELIC-BC, desde 2017. Em 2018, a inflação de janeiro foi abaixo das verificadas em janeiro /2017 e dezembro/2017. Verifica-se consistência crescente dos indicadores econômicos, com tendência de melhoria indicando, cada vez mais, distanciamento das questões políticas que, no entanto, não podem ser desconsideradas.

Há um grande espaço a ser percorrido para consolidar ou ampliar melhorias. Fatores importantes que podem contribuir para melhoria do risco-país são: continuidade da redução em 2018 da inflação e dos juros SELIC. O cenário prevalecente nas eleições de 2014 e o quadro crítico na política e na economia vivenciadas em 2015/2016, associadas à má gestão pública, produziram incertezas que elevaram o risco-país no 1.º sem./2016. Na sequência da operação lava-jato e de um novo cenário associado a correções da corrupção e propinas, pode-se esperar um risco-país a refletir uma desejada realidade para 2018. A maior queda do risco-país deu-se a partir de julho/2017.

TABELA 18 – RISCO PAÍS

Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
<b>2009</b>	<b>306</b>	<b>8,89</b>
<b>2010</b>	<b>204</b>	<b>-33,33</b>
<b>2011</b>	<b>193</b>	<b>-10,29</b>
<b>2012</b>	<b>189</b>	<b>3,51</b>
<b>2013</b>	<b>207</b>	<b>9,41</b>
<b>2014</b>	<b>230</b>	<b>11,11</b>
<b>2015</b>	<b>336</b>	<b>46,27</b>
<b>2016</b>	<b>392</b>	<b>16,55</b>
Dez	348	7,74
<b>2017</b>	<b>271</b>	<b>-30,84</b>
Jan	328	-5,75
Fev	285	-13,11
Mar	275	-3,51
Abr	270	-1,82
Mai	260	-3,70
Jun	284	9,23
Jul	286	0,70
Ago	267	-6,64
Set	265	-0,75
Out	246	-7,17
Nov	244	-0,81
Dez	244	0,00
<b>2018</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
Jan	234	-4,10
Fev	227	-2,99



## 8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

A cotação do dólar em janeiro/2018 atingiu R\$ 3,2691. A partir do 2.º tri/2016 as exportações se elevaram com o benefício do cambio favorável para exportações. O que se verifica neste momento, virada 2017 e início de 2018, é a agilização da entrada de US\$ no mercado cambial brasileiro, que permite relativa estabilização do Real-R\$. Mas houve queda na entrada de US\$ associada à vinda de turistas externos, no bimestre ago/set, devido a limitações de segurança no RJ e se estas limitações não prejudicassem a vinda maior de turistas no carnaval/2018.

A melhora na economia americana incentivou a valorização cambial entre abril/2015 e junho/2016, estimulado ainda por outras alterações no exterior (melhora em economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe culpa quando se avalia repercussões recentes dos desvios éticos e políticos e acúmulo de novas denúncias.

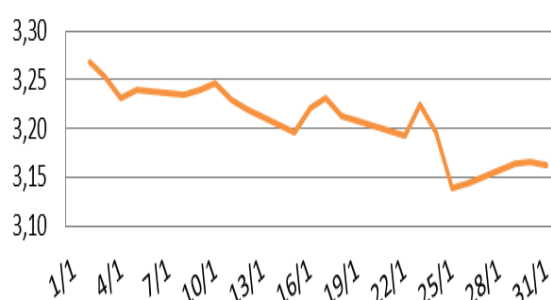
A cotação atual do US\$ favorece exportações, devido combinação de reduções dos custos empresariais e melhoria da economia de países importadores e também, a ocorrência de melhoria de qualidade de bens exportados pelo Brasil. Todavia, a ser viabilizado ainda a necessária elevação da participação de produtos exportados pelo Brasil e detentores de maior intensidade tecnológica em termos de inovações e modernização, possuidores de maior valor agregado. A demanda final de bens importados pelo Brasil já chegou a 25% do total da demanda interna.

A atual cotação do dólar produz efeitos sobre o turismo; viagens e gastos de brasileiros no exterior variam conforme cotação do US\$. Os custos da estadia no Brasil para turistas do exterior se reduziram: o Brasil tornou-se um país *mais barato* para visitantes do resto do mundo. Muitos turistas, todavia, não se dispõem a vir, devido a fatores associados ao grau de segurança.

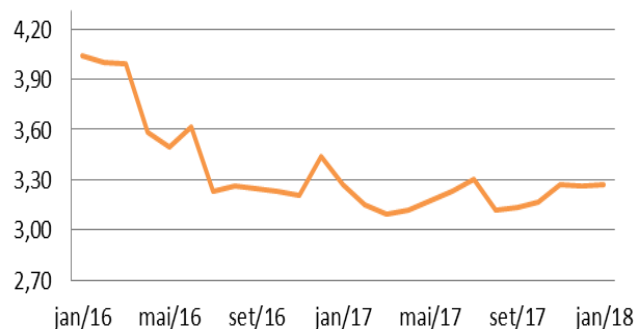
TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (\*)

Período	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)
Jan	2,0415	2,3969	2,6923	4,0380	3,2723	3,2691
Fev	1,9838	2,4084	2,6888	3,9979	3,1473	
Mar	1,9843	2,3234	2,8649	3,9907	3,0897	
Abr	2,0180	2,2614	3,1549	3,5793	3,1161	
Mai	2,0089	2,2215	3,0748	3,4985	3,1718	
Jun	2,1349	2,2634	3,1783	3,6120	3,2301	
Jul	2,2292	2,2048	3,1185	3,2292	3,3009	
Ago	2,2908	2,2600	3,4419	3,2656	3,1154	
Set	2,3637	2,2515	3,6719	3,2466	3,1327	
Out	2,2118	2,4617	3,9788	3,2332	3,1636	
Nov	2,2462	2,4833	3,8120	3,2047	3,2730	
Dez	2,3443	2,5618	3,8739	3,4356	3,2630	

Evolução do Dólar- Janeiro 2018



Evolução do Dólar - 2016 a 2018



Fonte: www.bc.gov.br – (Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de câmbio – Cotações e boletins) (Consulta em 28/02/2018)

(\*) Cotações com base no valor de compra do dólar no primeiro dia útil do mês, conforme Banco Central.



## **II. ATIVIDADE EMPRESARIAL**

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### **9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ**

#### **9.1. DESEMPENHO EM DEZEMBRO DE 2017**

##### **1. INTRODUÇÃO**

Em dezembro de 2017, a pesquisa da FECOMÉRCIO-PR relativa ao desempenho do varejo no Estado do Paraná, detectou crescimento em dois indicadores de vendas pesquisados: em relação ao mês imediatamente anterior (dezembro/2017 em relação a novembro/2017) houve crescimento de 11,77%; e no acumulado do ano (jan/dez 2017 em relação a jan/dez 2016) as vendas cresceram 0,54%. Já o desempenho em relação ao mesmo mês do ano anterior (dezembro/2017 comparado a dezembro 2016) apontou queda de 0,19%.

As vendas em dezembro tradicionalmente apresentam resultados positivos graças ao 13º salário e ao Natal, que impulsionam de maneira expressivas setores como: Calçados; Livrarias e papelarias; Lojas de departamentos; Supermercados; Vestuário e Tecidos. Tais setores disponibilizam produtos que tradicionalmente apresentam grande demanda no período.

As vendas em dezembro foram crescentes e positivas no Paraná, especialmente na comparação com o mês anterior, em parte associada ao calendário de final de ano. Como fatores adicionais da expansão das vendas no mês podem ser mencionados: a) liberação até julho/agosto de saldos de contas inativas do FGTS; b) liberação após outubro de saldos de contas do PIS/PASEP; c) restituição a pessoas físicas de adicionais de imposto de renda recolhidos pela Receita Federal. O conjunto desses fatores proporcionou uma reversão da tendência predominante em 2016, com a queda da atividade econômica e um cenário recessivo. As melhorias gradativas no decorrer de 2017 permitiram superar tecnicamente a fase recessiva, combinada a uma nova realidade de extrema importância que é a perspectiva de continuidade da expansão e crescimento para 2018.

Há ainda a ampliação do distanciamento do funcionamento da estrutura do sistema de produção em relação a variáveis associadas ao ambiente político interno. Os empresários e as respectivas atuações sinalizam a vigência de uma autonomia importante para a superação das limitações econômicas anteriores. Porém, decisões políticas de grande impacto social, como a reforma da Previdência podem influenciar variáveis macroeconômicas, como a taxa Selic, a taxa de câmbio e inflação, o que causaria oscilações na percepção de risco e expectativa dos empresários.

Os números do PIB do país divulgados em 1.º de novembro indicaram a continuidade do crescimento. De extrema importância foi a divulgação pelo IBGE do crescimento do Consumo das Famílias-CF no 2.º e 3.º trimestres de 2017 (após nove trimestres consecutivos de queda), e do crescimento do Investimento Bruto Interno-IBI (após 15 trimestres sem crescimento), o que abre espaço para uma inversão de tendência e continuidade da expansão do CF e IBI para 2018. A realidade vivenciada combinada às perspectivas futuras apontam para início de uma recuperação gradual, sequencial e sustentada das limitações anteriores.

Somado ao resultado positivo do varejo tradicional no Paraná em 2017, acrescenta-se uma expansão das vendas pelo comércio eletrônico, o *e-commerce*, ainda não mensurado pelas pesquisas tradicionais do varejo como, por exemplo, a do IBGE. O *e-commerce* cresce mais rápido que as outras vendas. As entidades que quantificam as vendas por *e-commerce* apontam o crescimento e ampliação do número de consumidores, devido facilidades proporcionadas pela modernização e por focar um público consumidor mais jovem e afeito a inovações. Junte-se a isso, a ocorrência de datas como o Natal. Na realidade, as vendas do varejo superam, de fato, as identificadas nas pesquisas tradicionais, visto que estas não incluem o *e-commerce*.

<b>Dias úteis de abertura e funcionamento do comércio</b>			
2017	Dezembro: 25	Novembro: 25	Outubro: 25
2016	Dezembro: 27	Novembro: 25	Outubro: 25

## 2. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Novembro consta a seguir.

**TABELA 20 A – VARIAÇÃO DAS VENDAS NOVEMBRO DE 2017**

Variação das Vendas: NOVEMBRO 2017 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	4,78	2,17	2,81	5,05	0,88	1,57	3,85
2. Mesmo mês ano anterior	1,35	6,18	-5,30	10,38	1,23	11,59	3,04
3. Acumuladas no ano	1,62	1,30	-5,53	1,05	-0,72	1,38	0,59

Uma síntese das vendas de Dezembro consta a seguir.

**TABELA 20 B – VARIAÇÃO DAS VENDAS EM DEZEMBRO DE 2017**

Variação das Vendas: DEZEMBRO 2017 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	5,05	17,21	23,68	13,58	24,63	16,91	11,77
2. Mesmo mês ano anterior	-4,94	5,99	-5,09	9,00	3,36	-1,96	-0,19
3. Acumuladas no ano	0,96	1,82	-5,53	1,95	-0,32	1,03	0,54

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

## 3. DESTAQUES NO PARANÁ EM DEZEMBRO DE 2017:

### 3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2016 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Dez 2017) (%)	
1. Calçados	88,46	1. Lojas de departamentos	25,08	1. Móveis dec. e util. dom.	22,77
2. Vestuário e tecidos	77,55	2. Concessionárias de veículos	21,18	2. Lojas de departamentos	13,95
3. Lojas de departamentos	50,69	3. Mat. de construção	4,88	3. Calçados	6,95
4. Liv. e papelerias	34,93	4. Super e hipermercados	3,24	4. Concessionárias de veículos	6,25
5. Super e hipermercados	25,01	5. Farmácias e drogarias	-1,66	5. Super e hipermercados	0,76

### 3.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2016 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Dez 2017) (%)	
1. Móveis, dec. e útil. dom.	-26,27	1. Móveis, dec. e útil. dom.	-20,85	1. Combustíveis	-9,73
2. Mat. de construção	-4,16	2. Óticas e cine-foto-som	-14,51	2. Auto peças	-8,66
3. Auto peças	0,78	3. Auto peças	-10,74	3. Liv. e papeleria	-7,87
4. Óticas e cine-foto-som	1,36	4. Combustíveis	-10,38	4. Vestuário e tecidos	-2,33
5. Combustíveis	4,74	5. Liv. e papelerias	-8,76	5. Óticas e Cine-foto-som	-2,20

### 3.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2017 (acumulado Jan-Dez-2017)

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
<b>Maior crescimento</b>	<b>Móveis dec. e util. dom.</b> 31,09	<b>Loja de departamentos</b> 16,91	<b>Loja de departamentos</b> 13,26	<b>Liv. e papeleria</b> 12,43	<b>Loja de departamentos</b> 25,49	<b>Calçados</b> 11,88
<b>Menor crescimento</b>	<b>Combustíveis</b> -15,94	<b>Óticas e Cine-foto-som</b> -10,74	<b>Auto Peças</b> -30,34	<b>Combustíveis</b> -14,92	<b>Combustíveis</b> -10,41	<b>Móveis dec. e util. dom.</b> -12,31

## 9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

### 4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ EM 2017

O desempenho de dezembro, em relação a novembro de 2017, apesar de expressivo, poderia ter apresentado um percentual ainda maior, uma vez que parte do consumo natalino foi antecipado para novembro, devido às promoções da Black Friday. A melhoria do varejo no Paraná verificada ao longo de 2017 foi possibilitada, também, por variáveis como a 1.<sup>a</sup> elevação do Investimento no país (após 15 trimestres sem expansão) e perspectiva de maior Consumo das Famílias (CF). Dentre as principais variáveis que impulsionaram a economia paranaense podem ser destacados:

- a) aumento dos empregos criados no Estado (admissões menos demissões),
- b) maior participação do PIB estadual no PIB nacional;
- c) superávits das contas externas do PR: exportações, importações, balança comercial e corrente de comércio, destacando: montadoras; tratores; congelados/ frigorificados; madeira, papel e celulose; café solúvel; soja; milho em grão; açúcar. O comércio interno também se beneficiou.
- d) quedas da inflação e juros SELIC permitiram maior poder de compra, elevando capacidade de consumo das famílias e contribuíram para expandir o varejo;
- e) redução da inadimplência no Estado, e renegociações entre lojistas e consumidores;
- f) o último trimestre do ano é mais aquecido que os anteriores, devido fatores específicos: liberação de contas inativas do FGTS; liberação dos saldos do PIS/PASEP, disponibilização de restituição do imposto de renda, 13.<sup>o</sup> salário, *Black Friday* e o próprio ambiente natalino.
- g) existe ainda no Paraná, grande produtor agrícola, o efeito indutor das feiras, exposições e shows rurais que movimentam e aquecem a economia do Estado.

### 5. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO COMÉRCIO

Aparentemente, 2018 poderá ser um ano conturbado politicamente, o que afetaria as expectativas do consumidor e do empresário. As quedas da inflação e da taxa de juros foram importantes indicadores imediatos da recuperação da economia em 2017, e apontam perspectivas de continuidade em 2018. A interação entre tais indicadores possibilita efeitos multiplicadores positivos sobre outros segmentos como: empregos, massa de salários, poder de compra e consumo agregado, aquecendo vendas do varejo.

Aos fatores mencionados, acrescente-se melhorias significativas associadas a variáveis específicas em condições de impactarem a economia brasileira, como:

- a) superávit da balança comercial e crescimento da corrente de comércio;
- b) elevação das Reservas Cambiais/estoque de divisas no Banco Central;
- c) entrada de Investimento Estrangeiro Direto-IED, elevando oferta interna de US\$, ou via privatizações, ou ampliação do capital externo em empresas nacionais, ou pelas vantagens comparativas (até cambiais) que beneficiam investidores do exterior;
- d) controle da Dívida Externa, que permite efeitos multiplicadores sobre o varejo;
- e) maior oferta de dólares no mercado mundial, importante para estabilidade cambial;
- f) crescimento médio mensal do índice BOVESPA, pelo menos no primeiro semestre de 2018;
- g) redução do Risco-país abaixo de 300 pontos, indicando redução da média anual para o equivalente ao período 2010-2014. Se menor o risco-país, maior a confiança dos investidores, quanto a capacidade de pagamento das dívidas pelo país devedor;
- h) deseja-se a manutenção da taxa de juros pelo Federal Reserve Bank (Banco Central) dos EUA, mas que poderia não ocorrer.

Dificuldades recentes nas contas do setor público, em 2017, nos três níveis de governo em especial no 1.<sup>o</sup> semestre, atuaram como fatores restritivos ao Consumo do Governo e Formação de Capital Fixo, afetando o Consumo de Famílias em regiões com atrasos nos pagamentos salariais. Alternativa em relação ao capital fixo é a implementação de "*parcerias público-privadas-PPP*", pelas quais parcela dos gastos em investimentos são assumidas pelo setor privado, permitindo melhorar infraestrutura. Ao governo caberia estabelecer contratos expressando, sob regulamentação, as obrigações e compromissos dos contratantes, a serem acompanhados por agências reguladoras.

Ainda, os contratos com grupos econômicos e investidores do exterior podem se revelar adequados para suportarem parte das despesas de Investimento Bruto Interno (IBI), voltados ao custeio de programas de inovações e modernização tecnológica.

Sendo mantida a elevação do CF e do IBI, haverá repercussões no varejo e aquecimento na demanda agregada, gerando condições para consolidação de mudanças. Haverá, assim, espaço para guinada da recessão anterior para início da estabilização necessária à superação das limitações econômicas do país.

## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

**9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ****TABELA 21 – VENDAS EM DEZEMBRO DE 2017 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (NOVEMBRO DE 2017)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	9,54	11,72	-10,87	13,26	21,02	17,77
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-39,47	36,20	1,73	20,99	18,86	77,22
3. Autopeças e Acessórios	4,01	-5,37	-5,13	12,28	-5,41	6,49
4. Materiais de Construção	-8,47	-5,70	3,66	0,55	14,80	-14,46
5. Lojas de Departamentos	79,62	37,67	30,29	7,05	49,84	14,26
6. Supermercados	27,25	19,26	18,45	24,19	26,01	31,64

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 22 – VENDAS EM DEZEMBRO DE 2017 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (DEZEMBRO DE 2016)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	13,63	33,00	-1,30	54,24	5,24	-2,81
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-29,02	-1,42	-2,75	2,98	-2,87	-10,10
3. Autopeças e Acessórios	-23,70	-2,34	-18,23	0,71	4,05	16,09
4. Materiais de Construção	-2,09	0,08	13,66	21,46	-3,83	-20,28
5. Lojas de Departamentos	30,30	36,35	31,07	-3,61	35,81	15,30
6. Supermercados	3,18	-1,16	5,26	3,35	3,24	2,50

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2017 (Jan-Dez) COMPARADAS A (Jan-Dez) DE 2016**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	2,95	14,75	2,96	4,91	-0,97	1,14
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	31,09	7,68	3,34	0,74	-3,08	-12,31
3. Autopeças e Acessórios	-6,58	10,17	-24,06	12,43	-0,77	-
4. Materiais de Construção	0,21	-6,23	-3,41	5,94	8,52	-11,74
5. Lojas de Departamentos	13,24	16,91	13,26	10,95	25,49	10,70
6. Supermercados	-3,36	12,70	-0,02	6,26	9,60	11,88

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR  
(Variação em Relação ao Mês Anterior)**

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
<b>2016</b>	--	--	--	--	--	--	--
Jul	1,04	-5,67	2,55	-5,53	3,22	8,27	<b>-1,39</b>
Ago	-3,09	6,36	0,36	1,02	-3,21	10,20	<b>0,45</b>
Set	-2,92	-6,42	-9,47	-6,55	-3,44	-18,88	<b>-5,37</b>
Out	6,43	-0,08	5,07	-0,93	2,66	13,36	<b>3,48</b>
Nov	9,69	-0,92	3,09	4,16	-0,09	-10,55	<b>4,93</b>
Dez	10,58	18,25	24,76	14,75	22,20	33,01	<b>15,21</b>
<b>2017</b>	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-16,70	-11,81	-25,96	-20,42	-19,54	-20,63	<b>-17,28</b>
Fev	-12,26	-12,24	-5,64	-9,34	-3,98	-11,63	<b>-10,92</b>
Mar	15,30	13,62	11,85	21,95	15,12	27,86	<b>15,49</b>
Abr	-5,72	-1,86	-7,20	-11,65	-5,25	-21,12	<b>-5,88</b>
Mai	3,69	9,33	6,99	7,06	1,69	12,40	<b>5,96</b>
Jun	-7,18	-5,35	0,02	4,86	-4,66	-1,55	<b>-4,23</b>
Jul	5,07	-2,71	-0,97	5,71	4,03	9,95	<b>2,50</b>
Ago	-1,86	-1,18	2,39	-0,15	-0,48	6,78	<b>-0,88</b>
Set	-7,33	-0,45	-6,72	1,28	-2,16	-17,48	<b>-4,30</b>
Out	2,99	-6,51	1,53	-4,62	0,43	8,98	<b>-0,68</b>
Nov	4,78	2,17	2,81	5,05	0,88	1,57	<b>3,85</b>
Dez	5,05	17,21	23,68	13,58	24,63	16,91	<b>11,77</b>

(Variação Acumulada no Ano %)

Jan – Dez/17 Sobre Jan – Dez/16	0,96	1,82	-5,53	1,95	-0,32	1,03	0,54
---------------------------------------	------	------	-------	------	-------	------	------

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comércio da Fecomércio-PR (Consulta em 09/02/2018)



**10. OUTROS INDICADORES RELATIVOS AO COMÉRCIO E CONSUMIDORES****10.1 Sondagem do Comércio/FGV****a) Índice de Confiança**

Em fevereiro de 2018 foi verificada a continuidade da queda registrada em janeiro: de 14,1 em janeiro, para 11,7 em fevereiro.

**b) Índice de expectativas**

Piorou de janeiro para fevereiro: diminuiu de 10,6 para 6,2.

**10.2. Sondagem do Consumidor / FGV****a) Índice de confiança**

Após um topo na expectativa de dezembro de 2017, onde atingiu 13,6, o índice caiu abaixo da metade desse valor em fevereiro de 2018, atingindo 6,5.

**b) Índice de Expectativas**

Piorou: de 9,3 em janeiro para 7,2 em fevereiro.

**10.3 Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) / CNC (escala: 0 a 200)**

a) Em escala de 0 a 200, atingiu 113,2 em fevereiro. O índice acima de 100 indica otimismo por parte do empresário, que vem se consolidando desde agosto de 2017.

**10.4 Intenção de Consumo das Famílias (ICF) / CNC (escala 0 a 200)**

a) Em fevereiro, atingiu 87,1. O índice abaixo de 100 indica pessimismo ou falta de confiança do consumidor, porém, desde outubro de 2017 o índice vem subindo significativamente.

**TABELA 25 – Índices Sondagem COMÉRCIO FGV**

Meses	Índice de Confiança	Índice de Expectativas
Ago/17	2,5	-2,9
Set/17	8,9	3,6
Out/17	12,0	8,7
Nov/17	13,6	9,6
Dez/17	15,2	11,7
Jan/18	14,1	10,6
Fev/18	11,7	6,2

**TABELA 26 – Índices Sondagem CONSUMIDOR FGV**

Meses	Índice de Confiança	Índice de Expectativas
Ago/17	1,5	1,2
Set/17	3,0	2,8
Out/17	3,8	3,1
Nov/17	8,6	10,0
Dez/17	13,6	16,5
Jan/18	8,9	9,3
Fev/18	6,5	7,2

Diferença sobre o mesmo período do ano anterior (em pontos) – série original

Fonte: <http://portalibre.fgv.br/> (acesso em 27/02/2018)

**TABELA 27 – Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec - CNC) Escala: 0 - 200**

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Ago/17	103,1
Set/17	104,8
Out/17	107,2
Nov/17	109,3
Dez/17	109,2
Jan/18	110,1
Fev/18	113,2

**TABELA 28 – Intenção de consumo das Famílias (ICF - CNC) Escala: 0 - 200**

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Ago/17	77,3
Set/17	76,8
Out/17	77,9
Nov/17	80,2
Dez/17	81,7
Jan/18	83,6
Fev/18	87,1

Fonte: [www.cnc.org.br](http://www.cnc.org.br) (acesso em 27/02/2018)

**11. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ**

Considerando o período iniciado em 2006, o ano o que apresentou o menor número de empresas abertas no Paraná foi 2016, um desempenho baixo que demonstra a contenção da atividade econômica no Estado, como reflexo do quadro restritivo brasileiro, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2016.

Em 2017, a abertura superou 2016. A continuidade do crescimento em 2018 sobre 2017 e 2016 deverá ser mantida, considerando conjuntura econômica atual, que sinaliza início de superação da crise econômica recessiva anterior.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais as expectativas para o ano seguinte. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, predominam as micros e pequenas.

**TABELA 29 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ**  
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
<b>2008</b>	<b>18.904</b>	<b>0</b>	<b>33.002</b>	<b>956</b>	<b>170</b>	<b>55</b>	<b>53.087</b>
<b>2009</b>	<b>21.672</b>	<b>0</b>	<b>33.327</b>	<b>776</b>	<b>202</b>	<b>46</b>	<b>56.023</b>
<b>2010</b>	<b>20.843</b>	<b>0</b>	<b>32.988</b>	<b>752</b>	<b>280</b>	<b>91</b>	<b>54.954</b>
<b>2011</b>	<b>21.927</b>	<b>0</b>	<b>33.074</b>	<b>1.049</b>	<b>195</b>	<b>80</b>	<b>56.325</b>
<b>2012</b>	<b>19.348</b>	<b>2.392</b>	<b>28.774</b>	<b>901</b>	<b>186</b>	<b>142</b>	<b>51.743</b>
<b>2013</b>	<b>19.109</b>	<b>3.864</b>	<b>28.431</b>	<b>758</b>	<b>186</b>	<b>79</b>	<b>52.436</b>
<b>2014</b>	<b>16.056</b>	<b>4.836</b>	<b>23.901</b>	<b>653</b>	<b>206</b>	<b>69</b>	<b>45.721</b>
<b>2015</b>	<b>27.347</b>	<b>7.975</b>	<b>28.897</b>	<b>753</b>	<b>186</b>	<b>40</b>	<b>65.198</b>
<b>2016</b>	<b>14.380</b>	<b>6.465</b>	<b>18.151</b>	<b>317</b>	<b>146</b>	<b>30</b>	<b>39.489</b>
<b>2017</b>	<b>15.894</b>	<b>7.738</b>	<b>18.966</b>	<b>426</b>	<b>146</b>	<b>34</b>	<b>43.204</b>
Jan	1.123	472	1.255	29	8	1	2.888
Fev	1.374	584	1.423	29	5	2	3.417
Mar	1.657	705	1.791	31	7	1	4.192
Abr	1.145	545	1.380	26	8	1	3.105
Mai	1.496	676	1.681	24	8	2	3.887
Jun	1.428	667	1.590	33	9	5	3.732
Jul	1.410	695	1.697	38	11	5	3.856
Ago	1.611	811	2.037	44	30	1	4.534
Set	1.319	713	1.628	22	14	5	3.701
Out	1.319	744	1.790	37	12	3	3.905
Nov	1.158	613	1.527	52	19	4	3.373
Dez	854	513	1.167	61	15	4	2.614
<b>2018</b>	<b>951</b>	<b>541</b>	<b>1.351</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>2.881</b>
Jan	951	541	1.351	25	11	2	2.881

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 28/02/2018)

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.

## 12. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

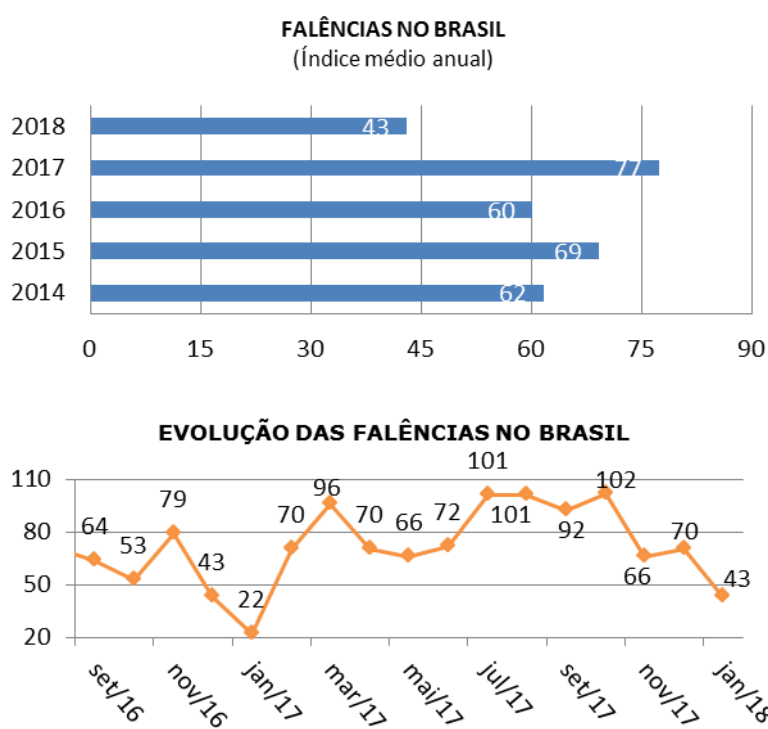
O índice de falências no Brasil em 2017 foi 77, o maior desde 2010. A destacar que nos anos de 2015 e 2016 ocorreram as maiores quedas recentes do PIB do país, respectivamente, -3,5% e -3,5%, ambos negativos, indicando que o desempenho das empresas em relação a este indicador, está vinculado e dependente de um conjunto de variáveis de âmbito econômico, mas também políticas e éticas, que predominaram no período na conjuntura brasileira.

Em janeiro de 2018 o índice de falências superou o mesmo mês do ano anterior. O índice de falências decretadas também reflete características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam os agentes econômicos, os consumidores e a respectiva capacidade de regularização /quitação de dívidas anteriores. É também indicador importante sobre o sucesso ou não das políticas econômicas, e pode apontar para a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar também que o comércio vem adotando precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, bem como a efetivação de renegociações com devedores visando reduzir inadimplências.

Os índices de julho a outubro/ 2017 (mesmo com liberação de saldos de contas inativas do FGTS) apresentam, de um lado, reflexos do maior endividamento do consumidor, mas também podem expressar acúmulo de dificuldades não superadas pelo comércio, principalmente lojas ou redes de grande porte, algumas delas localizadas em regiões ou estados nos quais ocorreu adiamento no pagamento de remunerações, salários e serviços pelo setor público: governos estaduais ou mesmo prefeituras.

As variáveis políticas do último quadrimestre de 2017 demonstraram menor influência que os fatores vinculados à economia. Abre perspectivas para início de melhoria do ambiente econômico. Os novos padrões das taxas de juros e da inflação servem de embasamento a mudanças. O consumo privado/das famílias aponta crescimento, conforme referências importantes disponíveis. A indústria de transformação começa a apresentar crescimento e desempenho positivo em diversos ramos.

TABELA 30 – FALÊNCIAS NO BRASIL	
Período	Índice
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
2016	60
2017	77
Jan	22
Fev	70
Mar	96
Abr	70
Mai	66
Jun	72
Jul	101
Ago	101
Set	92
Out	102
Nov	66
Dez	70
2018	--
Jan	43



**13. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA****13.1. Demanda de Crédito**

Houve aumento na demanda de crédito em janeiro/2018 (145,5) em relação a dezembro/2017. (138,2). A **elevação** da **demanda de crédito** pode indicar esgotamento da capacidade de endividamento (ou pagamento) do consumidor; maior dependência de financiamentos; menores renda, emprego e poder de compra; dificuldade em regularizar empréstimos; incertezas do mercado de trabalho e receio do desemprego; além de expectativas negativas para o futuro. Por outro lado, a **queda na demanda de crédito** pode indicar, dentre outros aspectos: superação de dificuldades pelo consumidor que permitem não recorrer a créditos/empréstimos no mercado; maior renda e capacidade de pagamento; ou sinaliza intenção do consumidor de não recorrer às compras financiadas; priorizar regulação de dívidas anteriores; ou o comprometimento da renda do consumidor é superior à sua capacidade de pagamento, o que o leva a não elevar empréstimos ou crédito. Poderá também ser considerado efeito da conscientização do consumidor quanto ao consumo de bens não essenciais: ele se limita a itens básicos: alimentos, remédios e higiene. Assim, a deterioração do ambiente político e ético no País e a recessão econômica podem afetar demanda de crédito.

Há diferenças na demanda de crédito, conforme características de cada região do país. O desemprego poderá requerer novas linhas de crédito ou renegociação de dívidas.

**TABELA 31 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)**

Ano: 2017/2018	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Fev/17	118,9	125,4	128,4	108,7	106,2	130,3	114,8	109,0	105,6	106,4	107,5	<b>112,2</b>
Mar/17	136,3	155,5	148,8	130,8	131,0	154,1	137,6	132,3	128,6	129,8	131,0	<b>135,4</b>
Abr/17	118,4	128,2	125,7	108,2	112,4	131,7	116,5	112,2	109,9	111,3	112,9	<b>115,0</b>
Mai/17	137,3	153,4	150,9	130,3	132,4	156,8	138,6	132,9	129,5	130,8	132,7	<b>136,4</b>
Jun/17	139,0	163,0	158,8	134,6	133,1	162,0	142,0	135,5	131,7	132,8	134,9	<b>139,4</b>
Jul/17	135,8	159,5	157,0	129,6	131,9	161,7	138,9	133,4	129,8	130,7	132,5	<b>137,1</b>
Ago/17	142,0	162,0	169,1	138,6	139,3	184,1	146,3	140,0	136,0	136,9	139,0	<b>145,3</b>
Set/17	131,2	155,6	154,0	126,8	131,2	184,2	134,2	129,6	125,9	126,8	128,2	<b>135,2</b>
Out/17	147,0	134,5	143,0	140,3	142,9	187,8	140,4	133,0	144,4	159,7	159,4	<b>142,4</b>
Nov/17	138,9	153,9	165,1	140,9	138,9	199,3	143,4	137,6	133,5	134,1	136,0	<b>144,2</b>
Dez/17	138,3	151,9	161,7	127,7	133,4	194,4	137,5	131,3	127,5	128,3	129,7	<b>138,2</b>
Jan/18	148,5	158,6	164,9	135,8	141,4	198,0	144,6	139,4	135,2	136,3	138,0	<b>145,5</b>

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 28/02/2018)

**13.2. Inadimplência**

Inadimplente é considerado o consumidor que atrasa o pagamento por mais de 90 dias. A seguir, apresenta-se a inadimplência calculada pelo índice Boa Vista. O indicador de inadimplência é elaborado a partir da quantidade de novos registros negativos informados pelas empresas em virtude do não pagamento de compromissos financeiros firmados. As séries encadeadas têm como base a média de 2011 =100 e passam por ajuste sazonal para avaliação da variação mensal.

**TABELA 32 – REGISTRO DE INADIMPÊNCIA BOA VISTA- Inclusões sazonalizadas**

Base 2011=100	REGIÕES					
	CO	N	NE	S	SE	BR
<b>Ago/17</b>	105,2	97,8	94,6	111,1	89,4	<b>94,7</b>
<b>Set/17</b>	102,7	90,5	90,3	108,9	86,4	<b>91,4</b>
<b>Out/17</b>	127,8	119,9	110,5	105,9	99,4	<b>105,5</b>
<b>Nov/17</b>	117,2	106,4	102,7	101,7	94,3	<b>99,2</b>
<b>Dez/17</b>	113,0	97,4	101,3	107,5	83,8	<b>92,8</b>
<b>Jan/18</b>	128,3	115,4	118,1	114,5	92,6	<b>103,7</b>

Fonte: <http://www.boavistaservicos.com.br/economia/registro-de-inadimplencia/> (Consulta em 28/02/2018)  
Dados sujeitos à alterações.

**14. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA**

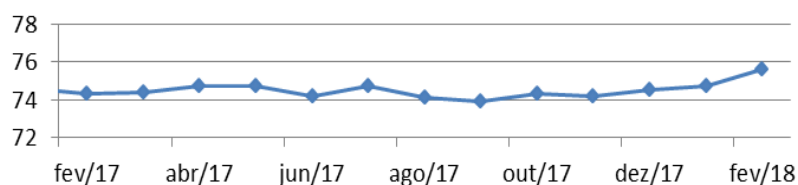
O NUCI de fevereiro/2018: 75,6%, cresceu de forma a superar os valores de 2017. O índice de ociosidade de fevereiro/ 2018 caiu para foi 24,4%. Os números indicam maior produção (e menor ociosidade) no desempenho de 2018. A ampliação da produção, e elevação da demanda, poderão ser atendidas, em um primeiro momento, sem necessidade de novos investimentos, devido a capacidade produtiva instalada ociosa e não utilizada. Ao governo, caberá utilizar instrumentos de política econômica para incentivar a produção ou a demanda, visando conter a ociosidade.

A Tabela 34 – IBGE indica a produção física de cada um dos ramos da indústria de transformação.

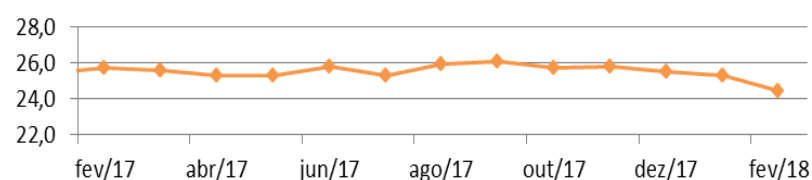
**TABELA 33 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (\*)**

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
<b>2011</b>	<b>84,0</b>	<b>16,0</b>
<b>2012</b>	<b>83,9</b>	<b>16,1</b>
<b>2013</b>	<b>84,3</b>	<b>15,7</b>
<b>2014</b>	<b>83,4</b>	<b>16,6</b>
<b>2015</b>	<b>79,3</b>	<b>20,7</b>
<b>2016</b>	<b>74,6</b>	<b>25,4</b>
<b>2017</b>	<b>74,4</b>	<b>25,6</b>
Fev	74,3	25,7
Mar	74,4	25,6
Abr	74,7	25,3
Mai	74,2	25,8
Jun	74,2	25,8
Jul	74,7	25,3
Ago	74,1	25,9
Set	73,9	26,1
Out	74,3	25,7
Nov	74,2	25,8
Dez	74,5	25,5
<b>2018</b>	--	--
Jan	74,7	25,3
Fev	75,6	24,4

**NUCI NO BRASIL**



**Ociosidade**



Fonte: <http://portalibre.fgv.br> - (índice de sondagem da indústria) (Consulta 28/02/2018)

(\*) Cálculo anual com base na média mensal do período.

**TABELA 34 - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais - Variação percentual acumulada no ano (Base: igual período do ano anterior) (%)**

	2014	2015	2016	2017 Dezembro
<b>1 Indústria geral</b>	<b>-3,0</b>	<b>-8,3</b>	<b>-6,4</b>	<b>2,5</b>
2 Indústrias extrativas	6,8	3,9	-9,4	4,6
3 Indústrias de transformação	-4,2	-9,8	-6,0	2,2
3.10 Fabricação de produtos alimentícios	-1,0	-1,8	1,1	1,1
3.11 Fabricação de bebidas	1,3	-4,7	-3,2	0,8
3.12 Fabricação de produtos do fumo	-1,5	-9,3	-21,7	20,4
3.13 Fabricação de produtos têxteis	-6,6	-15,0	-4,5	5,6
3.14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	-3,0	-11,7	-5,8	3,5
3.15 Preparação e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-4,2	-7,7	-1,3	1,3
3.16 Fabricação de produtos de madeira	-2,6	-4,6	1,3	1,9
3.17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-1,0	-0,6	2,4	3,3
3.18 Impressão e reprodução de gravações	-3,8	-18,9	-11,2	-9,3
3.19 Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	2,3	-5,9	-8,5	-4,1
3.20B Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal	2,7	-3,7	-1,4	2,2
3.20C Fabricação de outros produtos químicos	-3,9	-6,2	-1,0	0,3
3.21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2,5	-12,4	-2,5	-5,3
3.22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-3,6	-9,3	-6,9	4,5
3.23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-2,5	-7,7	-10,7	-3,1
3.24 Metalurgia	-7,4	-8,4	-6,4	4,7
3.25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-10,1	-11,5	-10,6	-0,9
3.26 Fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	-3,1	-30,1	-13,8	19,6
3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-7,0	-12,0	-7,3	-3,5
3.28 Fabricação de máquinas e equipamentos	-5,7	-14,5	-11,7	2,6
3.29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-16,8	-25,9	-12,1	17,2
3.30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	-0,3	-9,3	-21,7	-10,1
3.31 Fabricação de móveis	-7,3	-13,8	-10,2	4,6
3.32 Fabricação de produtos diversos	-5,0	-4,5	-8,6	3,6
3.33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3,9	-7,9	-7,4	6,3

Fonte: <http://www.ibge.com.br> (Consulta em 01/02/2018) \*Dados de 2017 até Dezembro



## III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 15. ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A receita do governo federal em janeiro/2018, deflacionada, superou todos os meses de 2017. A recuperação de alguns ramos da economia ou a obtenção de um PIB em 2017 superior ao de 2016, permitiram aumento da receita em 2017 sobre 2016. Os indicadores que contribuíram para a melhoria: queda da inflação, redução dos juros SELIC ou maiores saldos das contas externas, apontam possibilidades de melhores resultados em 2018, considerando que os indicadores econômicos vem demonstrando, a cada dia, distanciamento das variáveis políticas.

Um novo perfil da arrecadação dependeria da intensidade de recuperação possível em 2018. Políticas econômicas de aquecimento, produzem os primeiros efeitos sobre renda e poder de compra do consumidor, cabendo citar: liberação de FGTS e do PIS/PASEP.

Fatos sazonais influenciam tradicionalmente a evolução do processo de arrecadação do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas; em janeiro, tradicionalmente, ocorre a maior arrecadação federal, devido o recolhimento referente a dezembro, mês de maiores vendas; fevereiro e março apresentam receitas menores.

Os produtos de alta e média tecnologia, de elevado valor agregado e grandes geradores de impostos, mas de reduzida participação nas exportações brasileira, tem pequena parcela na receita.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social <sup>(1)</sup>; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destinam-se a custear políticas públicas, além da "máquina" pública e pagamento da dívida pública.

**TABELA 35 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)**

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Jan/2018 (IPCA)	Variação %
<b>2014</b>	<b>1.187.950</b>	<b>1.460.740</b>	<b>22,96</b>
<b>2015</b>	<b>1.221.546</b>	<b>1.378.610</b>	<b>12,86</b>
<b>2016</b>	<b>1.289.904</b>	<b>1.337.607</b>	<b>3,70</b>
Nov	102.245	105.575	3,26
Dez	127.607	131.749	3,25
<b>2017</b>	<b>1.342.408</b>	<b>1.364.902</b>	<b>1,68</b>
Jan	137.392	141.314	2,86
Fev	92.358	94.683	2,52
Mar	98.994	101.233	2,26
Abr	118.047	120.547	2,12
Mai	97.694	99.455	1,80
Jun	104.100	106.221	2,04
Jul	109.948	111.919	1,79
Ago	104.206	105.874	1,60
Set	105.595	107.113	1,44
Out	121.144	122.372	1,01
Nov	115.089	115.930	0,73
Dez	137.842	138.241	0,29
<b>2018</b>	<b>155.619</b>	<b>155.619</b>	<b>0,00</b>
Jan	155.619	155.619	0,00

**TABELA 35.1 – ARRECADAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Jan/18 – IPCA) Jan/18 (R\$ milhões)**

Imposto sobre importação	3.239
IPI Total	4.656
IR Total	48.553
IR Pessoa Física	1.509
IR Pessoa Jurídica	23.997
IR Retido na Fonte	23.046
IOF	2.906
COFINS	22.232
PIS / PASEP	6.026
CSLL	14.396
Cide – Combustíveis	445
Outras Receitas	8.551
Receita Previdenciária	34.478
Receita Administrada por Outros Órgãos	7.654
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>155.619</b>

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 28/02/2018)

**TABELA 36 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2012 a 2016 (Em R\$ bilhões)**

Componentes	2012	2013	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto	4.703,86	5.331,62	5.778,95	5.996,00	6.259,23
Arrecadação Tributária Bruta	1.571,17	1.736,00	1.841,63	1.925,45	2.027,01
<b>Carga Tributária Bruta</b>	<b>32,63%</b>	<b>32,56%</b>	<b>31,87%</b>	<b>32,11%</b>	<b>32,38%</b>

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2016) (Consulta em 28/12/2017)

- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, para custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência.
- (2) Arrecadação: refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos)

**16. Dívida Pública Federal Interna e Externa - DPFI**

A dívida pública federal em janeiro/2018 (R\$ 3,53 bilhões) caiu em relação à dívida existente em dezembro/2017 (R\$ 3,56 bilhões). Desde setembro de 2016, quando superou R\$ 3 trilhões, a dívida pública federal se mantém acima desse patamar. Dentre os componentes principais da dívida, podem ser mencionados: taxa real de juros SELIC ainda elevados (mesmo com queda para 6,75% em fevereiro/2018), contenção da atividade econômica (em especial, 2015 e 2016), que desaqueceram a economia comprometendo a receita e dificuldades ético-políticas internas que limitaram a receita pública e postergam investimentos públicos e privados.

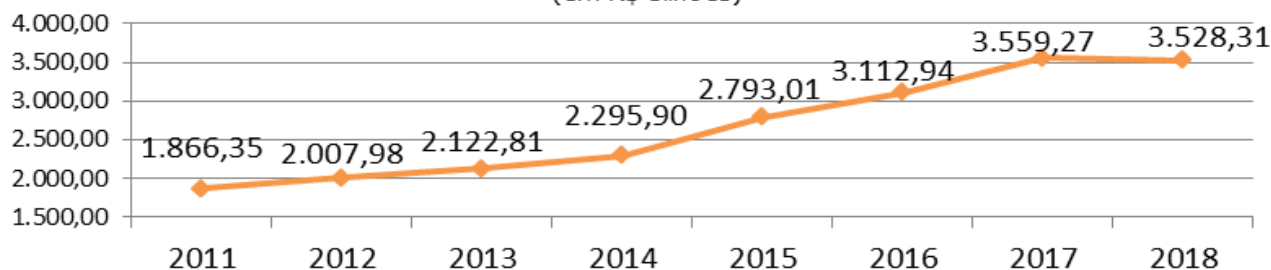
A gestão da dívida mostrou maior rapidez de crescimento após 2010. Ou seja, até 2009, as providências mais rígidas e maior poder de controle, foram mais eficientes; no entanto, após 2010, os gastos crescentes num ambiente de ampliação de subsídios, incentivos fiscais-tributários e queda na receita, levaram à explosão da dívida em 21,65% (2015 sobre 2014), e de 11,46% (2016 sobre 2015) indicando descontrole comparado aos percentuais anteriores. Importante é identificação seletiva de componentes da dívida, na relação: objetivos buscados/viabilizados X obtidos.

A maior parte da dívida é de médio e longo prazo. Ainda: governo e credores podem renegociar: juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, se o BC eleva a taxa, a dívida cresce; se a SELIC cai, também cai a expansão da dívida. O aumento da dívida em 2010-2016 superou o período 2007-2009.

TABELA 37 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA E EXTERNA		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) <sup>(1)</sup>	Variação (%)
<b>2010</b>	<b>1.694,04</b>	<b>13,13</b>
<b>2011</b>	<b>1.866,35</b>	<b>10,17</b>
<b>2012</b>	<b>2.007,98</b>	<b>7,59</b>
<b>2013</b>	<b>2.122,81</b>	<b>5,72</b>
<b>2014</b>	<b>2.295,90</b>	<b>8,15</b>
<b>2015</b>	<b>2.793,01</b>	<b>21,65</b>
<b>2016</b>	<b>3.112,94</b>	<b>11,46</b>
<b>2017</b>	<b>3.559,27</b>	<b>14,34</b>
Jan	3.053,35	-1,91
Fev	3.134,67	2,66
Mar	3.234,14	3,17
Abr	3.244,51	0,32
Mai	3.253,03	0,26
Jun	3.357,65	3,22
Jul	3.341,38	-0,48
Ago	3.404,00	1,87
Set	3.430,83	0,79
Out	3.438,48	0,22
Nov	3.493,38	1,60
Dez	3.559,27	1,89
<b>2018</b>	--	--
Jan	3.528,31	-0,87

**Evolução da Dívida Pública Federal**

(em R\$ bilhões)





## 17. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

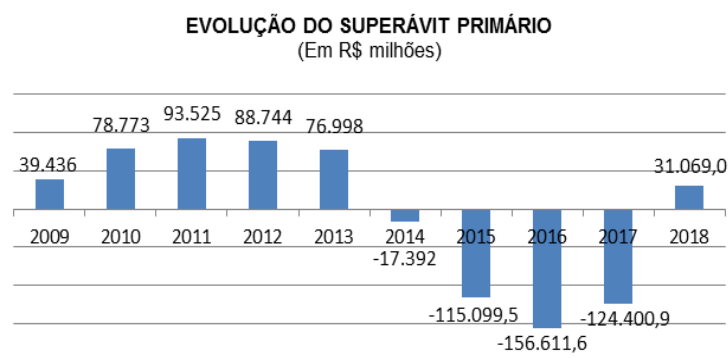
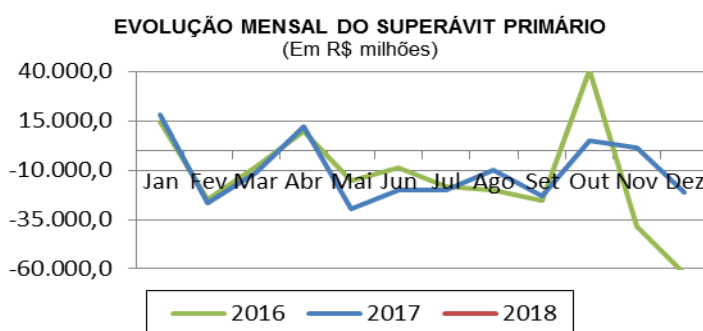
Em 2017 mostrou continuidade da ausência de superávit primário: as contas públicas do período apontaram déficit de R\$ 124,4 bilhões. No entanto, foram valores melhores que os de 2016 (R\$ -154 bilhões). Um valor que pode ser tomado como tradicional quanto ao superávit primário é o de janeiro, com valores positivos, (expressa desempenho da economia em dezembro, o mais aquecido nas vendas do ano) Foi o que ocorreu em janeiro/2018. Ainda: fevereiro mostra inversão de tendência, com valores negativos, devido sazonalidade da economia e calendário. A expectativa de superação da crise econômica com o crescimento previsto do PIB de 2017 em 1,0%, poderá explicar início de inversão da tendência a curto prazo nas contas do superávit primário.

O superávit primário nas contas públicas em um ano fiscal corresponde a receitas superiores às despesas, sem considerar os juros. Significa poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros avaliarem a capacidade de um país regularizar e pagar suas dívidas. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, ou do tamanho do corte nos gastos ou da elevação da arrecadação em relação às despesas. A receita maior (mantidas alíquotas e sem novos tributos) reflete melhor o desempenho da economia.

Sendo negativo o superávit primário, ou seja, déficit público, poderia indicar: a) menor arrecadação - seja por queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas tributárias, ou ainda pela concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos pré-determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou combinação de ambos. Ainda, a ausência de valores positivos que possibilitem ocorrência do superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de atuação do governo como investimentos e infraestrutura em geral, salários, políticas sociais ou outras. Ou seja, o superávit pode ser decorrente da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por adiar despesas ou mesmo não ter consciência da necessidade de efetuar despesas que beneficiem a população.

**TABELA 38 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO - GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL (Em R\$ Milhões)**

Período	Resultado do Governo (1)	Varição Percentual (%)
<b>2010</b>	<b>78.773</b>	<b>99,75</b>
<b>2011</b>	<b>93.525</b>	<b>18,73</b>
<b>2012</b>	<b>88.744</b>	<b>-4,91</b>
<b>2013</b>	<b>77.072</b>	<b>27,56</b>
<b>2014</b>	<b>-17.392</b>	<b>-122,59</b>
<b>2015</b>	<b>-115.099</b>	<b>-561,79</b>
<b>2016</b>	<b>-154.255</b>	<b>-34,02</b>
<b>2017</b>	<b>-124.400</b>	<b>20,57</b>
Jan	18.004,7	128,83
Fev	-26.336,4	-246,28
Mar	-11.231,4	57,35
Abr	12.315,9	209,66
Mai	-29.387,3	-338,61
Jun	-19.844,2	32,47
Jul	-20.154,5	-1,56
Ago	-10.111,0	49,83
Set	-22.822,1	-125,72
Out	5.073,3	122,23
Nov	1.260,6	-75,15
Dez	-21.168,5	-1.779,27
<b>2018</b>	<b>31.069,0</b>	<b>72,56</b>
Jan	31.069,0	246,77



Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br) (Consulta em 28/02/2018)



## IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O saldo da balança comercial de 2017 foi extremamente positivo: US\$ 66,9 bilhões. O dólar mais valorizado a partir de agosto/ 2015 contribuiu para conter importações, tendência mantida em 2016, quando o dólar médio se aproximou de R\$ 4,00 no 1.º semestre. O petróleo no mercado mundial teve valorização, sendo um dos motivos a redução das exportações de países da OPEP, a partir de novembro de 2016, visando melhorar a cotação. Todavia, os custos da exploração do pré-sal no Brasil, mais os desvios ético-administrativos-financeiros na Petrobrás, ainda repercutem e poderão afetar a produção interna. A superprodução de grãos na agricultura fez baixar a cotação dessas *commodities* no mercado mundial. Fatores da natureza nos EUA (temporais, furacões, etc.) afetaram regiões produtoras de petróleo naquele país, repercutindo na forma de elevação da cotação do barril no mercado mundial.

Podem ser destacados como fatores que contribuíram para elevar o estoque de divisas/reservas cambiais do Banco Central: os dólares arrecadados pelo sistema produtivo brasileiro (balança comercial), os empréstimos e/ou financiamentos obtidos pelo setor privado, as aplicações do exterior na Bovespa, e também os dólares obtidos pela venda de títulos do governo (com taxas Selic). Por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi totalmente superada; a importância da indústria não será recuperada a curto prazo, considerando: limitações competitivas atuais, crise econômica ainda vigente e deterioração no contexto político interno. Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e grande geradora de empregos. Considere-se ainda os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria exportadora e reduzida exportação de produtos de alta e média tecnologia. Alguns países do Euro tem limitações em suas importações. A Argentina demonstra início de recuperação das importações do Brasil. Nesse sentido, é preciso ativar a inovação e modernização tecnológica da indústria. Ao governo cabe adotar políticas que estimulem inovações e modernização tecnológica, a fim de incentivarem linha de produtos industriais e melhorar competitividade, tendo dentre as metas ampliar exportações do país. A indústria de transformação brasileira, em vários segmentos, apresenta início de melhoria no desempenho e nas vendas.

**TABELA 39 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)**

Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
<b>2008</b>	<b>197.942</b>	23,21	<b>172.985</b>	43,42	<b>24.958</b>
<b>2009</b>	<b>152.995</b>	-22,71	<b>127.722</b>	-26,17	<b>25.272</b>
<b>2010</b>	<b>201.915</b>	31,98	<b>181.768</b>	42,32	<b>20.147</b>
<b>2011</b>	<b>256.040</b>	26,81	<b>226.240</b>	24,47	<b>29.799</b>
<b>2012</b>	<b>242.580</b>	-5,26	<b>223.149</b>	-1,37	<b>19.431</b>
<b>2013</b>	<b>242.183</b>	-0,2	<b>239.623</b>	7,4	<b>2.560</b>
<b>2014</b>	<b>225.101</b>	<b>-7,05</b>	<b>229.031</b>	<b>-4,42</b>	<b>-3.930</b>
<b>2015</b>	<b>191.132</b>	<b>-15,05</b>	<b>171.459</b>	<b>-25,13</b>	<b>19.673</b>
<b>2016</b>	<b>185.235</b>	<b>-3,09</b>	<b>137.552</b>	<b>-19,78</b>	<b>47.683</b>
Dez	15.941	-1,70	11.525	0,55	4.415
<b>2017</b>	<b>217.739</b>	<b>17,55</b>	<b>150.749</b>	<b>9,59</b>	<b>66.990</b>
Jan	14.908	-6,48	12.198	5,83	2.710
Fev	15.469	3,76	10.913	-10,53	4.555
Mar	20.074	29,77	12.938	18,55	7.136
Abr	17.680	-11,93	10.717	-17,17	6.963
Mai	19.790	11,94	12.129	13,18	7.661
Jun	19.779	-0,05	12.595	3,84	7.184
Jul	18.759	-5,16	12.473	-0,97	6.285
Ago	19.471	3,80	13.879	11,27	5.592
Set	18.659	-4,17	13.488	-2,82	5.171
Out	18.872	1,14	13.679	1,41	5.193
Nov	16.683	-11,60	13.143	-3,92	3.541
Dez	17.595	5,47	12.598	-4,15	4.998
<b>2018</b>	<b>16.968</b>	<b>13,81</b>	<b>14.199</b>	<b>16,41</b>	<b>2.768</b>
Jan	16.968	-3,57	14.199	12,72	2.768

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 28/02/2018)  
 (\*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

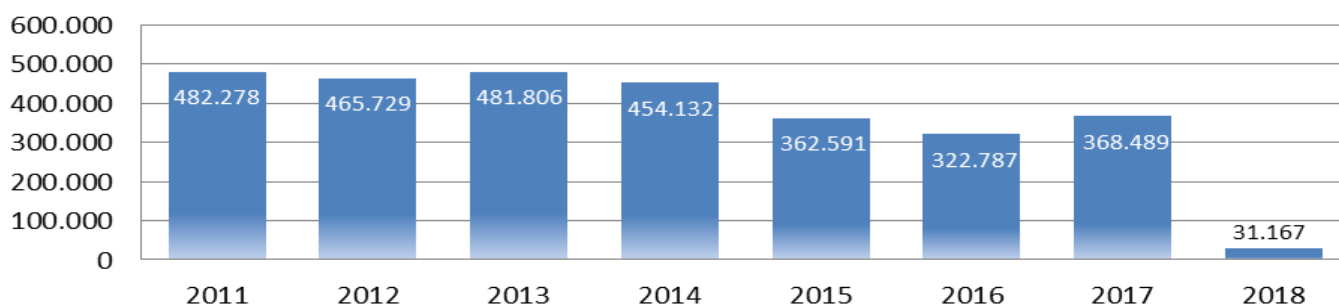
## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 40 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL  
(Em US\$ Milhões)

Países	2016 (JAN-DEZ)			2017 (JAN-DEZ)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
<b>AELC (1)</b>	2.472	2.457	14	1.801	2.488	-687
<b>África (2)</b>	7.834	4.601	3.233	9.400	5.532	3.868
<b>Aladi (3)</b>	37.356	22.561	14.795	43.763	24.872	18.891
<b>MERCOSUL(*)</b>	19.669	12.007	7.661	23.090	12.284	10.807
Argentina	13.420	9.085	4.335	17.626	9.435	8.191
Paraguai	2.221	1.223	997	2.646	1.133	1.513
Uruguai	2.745	1.284	1.461	2.348	1.324	1.024
Venezuela	1.283	415	868	470	392	79
Chile	4.083	2.887	1.196	5.032	3.439	1.593
México	3.814	3.528	286	4.515	4.238	277
Outros (4)	6.125	1.889	4.235	7.111	2.184	4.927
<b>Ásia</b>	62.151	43.252	18.899	78.765	49.660	29.105
China	35.138	23.364	11.774	47.500	27.324	20.176
Coreia do Sul	2.881	5.449	-2.568	3.077	5.240	-2.163
Japão	4.605	3.567	1.037	5.270	3.762	1.508
Outros	7.103	3.296	3.807	8.662	4.703	3.960
<b>Canadá</b>	2.366	1.866	500	2.720	1.761	959
<b>EUA (5)</b>	23.277	24.070	-793	27.058	25.082	1.976
<b>Europa Oriental (6)</b>	2.453	2.486	-32	2.930	3.216	-287
<b>Oriente Médio</b>	10.148	3.569	6.579	11.676	3.964	7.712
<b>União Europeia</b>	33.364	31.060	2.304	34.906	32.072	2.834
Alemanha	4.863	9.129	-4.266	4.912	9.226	-4.314
França	2.308	3.679	-1.371	2.225	3.724	-1.499
Itália	3.323	3.702	-380	3.562	3.957	-396
Países Baixos	10.324	1.787	8.537	9.253	1.900	7.354
Reino Unido	2.842	2.298	544	2.845	2.303	543
Outros (7)	7.103	3.296	3.807	8.662	4.703	3.960
<b>Outros</b>	3.858	1.634	2.224	4.787	2.083	2.704
<b>Opep (8)</b>	12.400	6.264	6.136	13.248	6.788	6.461
<b>Total</b>	<b>185.280</b>	<b>137.557</b>	<b>47.723</b>	<b>217.805</b>	<b>150.730</b>	<b>67.074</b>

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)  
(Consulta em 05/03/2018) \* Dados de Janeiro ainda não divulgados, consulta em 05/03/2018.

### Brasil: Corrente de Comércio (\*) Em US\$ milhões



(\*) Dados de 2017 referentes ao acumulado no ano.

**CORRENTE DE COMÉRCIO:** obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com **balança comercial**, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(\*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

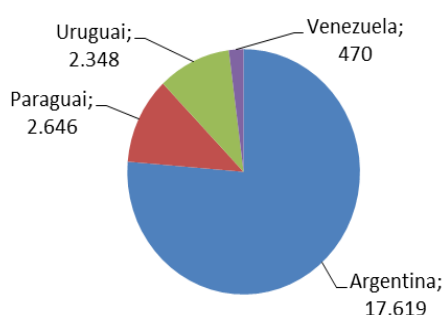
## Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 41 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

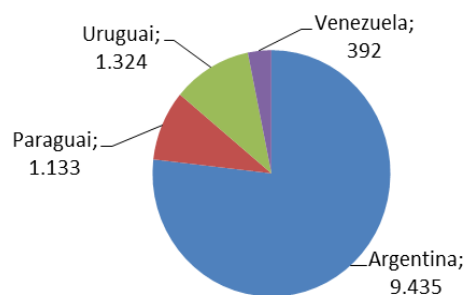
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>2018 (Jan)</b>						
Argentina	1.205	69,95	727	79,14	478	1.931
Paraguai	219	12,69	83	9,09	135	302
Uruguai	259	15,04	100	10,92	159	359
Venezuela	40	2,32	8	0,85	32	48
<b>MERCOSUL</b>	<b>1.722</b>	<b>100,00</b>	<b>918</b>	<b>100,00</b>	<b>804</b>	<b>2.641</b>
<b>2017</b>						
Argentina	17.619	76,33	9.435	76,81	8.184	27.054
Paraguai	2.646	11,46	1.133	9,23	1.513	3.779
Uruguai	2.348	10,17	1.324	10,78	1.024	3.672
Venezuela	470	2,03	392	3,19	78	861
<b>MERCOSUL</b>	<b>23.083</b>	<b>100,00</b>	<b>12.284</b>	<b>100,00</b>	<b>10.799</b>	<b>35.367</b>
<b>2016</b>						
Argentina	13.418	68,26	9.084	75,66	4.333	22.502
Paraguai	2.221	11,30	1.223	10,19	998	3.444
Uruguai	2.744	13,96	1.284	10,70	1.460	4.028
Venezuela	1.276	6,49	415	3,46	861	1.691
<b>MERCOSUL</b>	<b>19.658</b>	<b>100,00</b>	<b>12.007</b>	<b>100,00</b>	<b>7.651</b>	<b>31.665</b>
<b>2015</b>						
Argentina	12.800	60,99	10.285	78,72	2.515	23.085
Paraguai	2.473	11,78	884	6,77	1.589	3.358
Uruguai	2.727	12,99	1.217	9,31	1.510	3.943
Venezuela	2.987	14,23	680	5,20	2.307	3.666
<b>MERCOSUL</b>	<b>20.987</b>	<b>100,00</b>	<b>13.065</b>	<b>100,00</b>	<b>7.921</b>	<b>34.052</b>
<b>2014</b>						
Argentina	14.282	57,01	14.143	77,05	139	28.425
Paraguai	3.193	12,75	1.120	6,10	2.073	4.313
Uruguai	2.945	11,76	1.918	10,45	1.027	4.863
Venezuela	4.632	18,49	1.174	6,40	3.458	5.806
<b>MERCOSUL</b>	<b>25.052</b>	<b>100,00</b>	<b>18.355</b>	<b>100,00</b>	<b>6.697</b>	<b>43.407</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 28/02/2018)

Exportações 2017 - US\$ Milhões



Importações 2017 - US\$ Milhões



**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****TABELA 42 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2018 (JAN)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	162,22	23,02
2	Óleos brutos de petróleo	124,76	17,70
3	Automóveis com motor explosão, de cilindrada >1.000 cm3 <1.500 cm3	78,16	11,09
4	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	45,54	6,46
5	Tratores rodoviários para semi-reboques	32,34	4,59
6	Minérios de ferro e seus concentrados, aglomerados por processo de peletização	28,94	4,11
7	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	26,55	3,77
8	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	23,53	3,34
9	Alumina calcinada	19,61	2,78
10	Colheitadeiras combinadas com debulhadoras	18,02	2,56
11	Outras carnes de suíno, congeladas	17,33	2,46
12	Outros açúcares de cana	17,29	2,45
13	Gasóleo (óleo diesel)	17,10	2,43
14	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	16,99	2,41
15	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	14,14	2,01
16	Adbos que contenham nitrogênio (azoto), fósforo e potássio	13,65	1,94
17	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	13,55	1,92
18	Papel e cartão para cobertura, crus, em rolos ou em folhas	12,12	1,72
19	Produtos laminados de ferro ou aço não ligado, de largura=> 600 mm, folheados, galvanizados	11,48	1,63
20	Outros pneumáticos novos, dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	11,42	1,62
-	<b>Total</b>	<b>704,73</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 43 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2018 (JAN)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	116,96	22,15
2	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	78,85	14,93
3	Automóveis com motor explosão, 1000 > cm3 <= 1500, até 6 passageiros	72,32	13,69
4	Energia elétrica	28,82	5,46
5	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	27,86	5,27
6	Malte não torrado, inteiro ou partido	23,99	4,54
7	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	17,53	3,32
8	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos utilizados em veículos	16,38	3,10
9	Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	15,57	2,95
10	Cevada cervejeira	15,42	2,92
11	Copolímeros de etileno e alfa-olefina, de densidade inferior a 0,94	14,14	2,68
12	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	14,06	2,66
13	Outras caixas de marchas	12,93	2,45
14	Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	11,94	2,26
15	Milho em grão, exceto para semeadura	10,91	2,07
16	Polipropileno sem carga, em forma primária	10,79	2,04
17	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	10,35	1,96
18	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	10,32	1,95
19	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	9,68	1,83
20	Outros motores diesel e semidiesel	9,34	1,77
-	<b>Total</b>	<b>528,14</b>	<b>100,00</b>

**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****As Relações Comerciais com as Três Américas****TABELA 44 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)**

	País	2017		2018
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN)
1	Estados Unidos	26.872,63	12,34	2.247,32
2	Argentina	17.618,81	8,09	1.204,81
3	Chile	5.031,36	2,31	539,94
4	México	4.514,10	2,07	271,96
5	Canadá	2.719,39	1,25	285,20
6	Paraguai	2.646,22	1,22	218,54
7	Colômbia	2.507,79	1,15	318,51
8	Uruguai	2.348,12	1,08	259,04
9	Peru	2.245,33	1,03	120,95
10	Bolívia	1.506,17	0,69	122,76
11	Equador	836,68	0,38	68,27
12	Panamá	632,98	0,29	61,82
13	República Dominicana	588,46	0,27	62,42
14	Venezuela	469,65	0,22	40,03
15	Santa Lúcia	446,89	0,21	66,96
16	Cuba	346,32	0,16	54,16
17	Costa Rica	277,71	0,13	34,97
18	Guatemala	266,62	0,12	14,37
19	Bahamas	261,90	0,12	1,67
20	Trinidad e Tobago	205,20	0,09	20,96
	<b>Total</b>	<b>217.739,18</b>	<b>100,00</b>	<b>16.970,68</b>

www.aliceweb2.mdic.gov.br/  
(Consulta em 28/02/2018)

**TABELA 45 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)**

	País	2017		2018
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN)
1	Estados Unidos	24.846,59	16,48	2.390,02
2	Argentina	9.435,19	6,26	726,64
3	México	4.238,05	2,81	370,64
4	Chile	3.452,61	2,29	302,57
5	Canadá	1.760,98	1,17	142,80
6	Peru	1.617,83	1,07	122,53
7	Colômbia	1.442,47	0,96	107,94
8	Uruguai	1.323,90	0,88	142,75
9	Bolívia	1.285,11	0,85	83,49
10	Paraguai	1.133,25	0,75	100,22
11	Venezuela	391,69	0,26	7,80
12	Porto Rico	239,66	0,16	35,15
13	Trinidad e Tobago	198,35	0,13	28,10
14	Equador	131,33	0,09	5,91
15	Costa Rica	57,50	0,04	9,83
16	Guatemala	31,44	0,02	10,24
17	Cuba	19,74	0,01	3,22
18	República Dominicana	15,70	0,01	1,15
19	Honduras	12,88	0,01	0,89
20	El Salvador	5,01	0,00	0,35
	<b>Total</b>	<b>150.749,45</b>	<b>100,00</b>	<b>14.199,80</b>

www.aliceweb2.mdic.gov.br/  
(Consulta em 28/02/2018)

**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****Principais Produtos Exportados e Importados****TABELA 46 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2018 (JAN)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Óleos Brutos De Petróleo	2.097,81	22,97
2	Minérios De Ferro Não Aglomerados E Seus Concentrados	1.262,11	13,82
3	Pasta química de madeira semi branqueada	665,94	7,29
4	Soja, mesmo triturada, Exceto Para Semeadura	594,26	6,51
5	Milho Em Grão, Exceto Para Semeadura	468,79	5,13
6	Outros açúcares de cana	446,85	4,89
7	Café Não Torrado, Não Descafeinado, Em Grão	417,82	4,57
8	Carnes Desossadas De Bovino, Congeladas	362,37	3,97
9	Pedaços E Miudezas comestíveis Galinhas, Congelados	342,16	3,75
10	Alumina Calcinada	300,51	3,29
11	Bagacos e outros resíduos sólidos do óleo de soja	297,09	3,25
12	Partes De Turboreatores Ou De Turbopropulsores	289,94	3,17
13	Outros Prods.Semimanuf. Ferro ou Aço, C<0.25%,Sec.Transv.Ret	269,43	2,95
14	Minérios De Ferro Aglomerado para Processo De Peletizacao	268,96	2,94
15	Ouro Em Barras, Fios E Perfis De Seção Maciça	233,05	2,55
16	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passageiros	199,65	2,19
17	Ferro-nióbio	158,54	1,74
18	Outros Aviões e Veículos Aéreos, Peso>15000Kg, Vazios	155,68	1,70
19	Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes para aeronaves	154,08	1,69
20	Outros tubos flexíveis de ferro ou aço	149,52	1,64
--	<b>Total</b>	<b>9.134,55</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 47 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2018 (JAN)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	"Gasóleo" (Óleo Diesel)	797,46	21,17
2	Óleos brutos de petróleo	343,68	9,13
3	Hulha Betuminosa, Não Aglomerada	280,81	7,46
4	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	240,83	6,39
5	Outras partes para aparelhos receptores radiodif. televisão, etc.	239,51	6,36
6	Outras Gasolinas, Exceto Para Aviação	179,46	4,77
7	Naftas Para Petroquímica	173,87	4,62
8	Outras Caixas De Marchas	158,69	4,21
9	Outros Cloretos De Potássio	153,40	4,07
10	Catodos De Cobre Refinado/Seus Elementos, Em Forma Bruta	126,43	3,36
11	Outros propanos liquefeitos	125,22	3,32
12	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente	124,32	3,30
13	Gás Natural No Estado Gasoso	118,55	3,15
14	Automóveis C/Motor Explosao,1500<Cm3<=3000, Até 6 Passageiros	116,49	3,09
15	Microprocessadores Mont.P/Superf.(Smd)	116,08	3,08
16	Automóveis C/ Motor Explosão,1.000>Cm3<1.500, Até 6 passageiros	103,13	2,74
17	Outros produtos imunológicos para venda a retalho	102,23	2,71
18	Outros Veículos Automóveis C/Motor Diesel, Carga<=5T	93,56	2,48
19	Uréia Com Teor De Nitrogênio>45% Em Peso	91,49	2,43
20	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	80,89	2,15
--	<b>Total</b>	<b>3.766,09</b>	<b>100,00</b>

**Conta Petróleo do Brasil****TABELA 48 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-AGO) FOB**

	2014	2015
<b>Exportação</b>	<b>154.018</b>	<b>128.347</b>
Petróleo e Derivados	17.238	12.050
Demais	136.780	116.297
<b>Importação</b>	<b>153.813</b>	<b>121.050</b>
Petróleo e Derivados	28.116	15.260
Demais	125.697	105.790
<b>Saldo</b>	<b>205</b>	<b>7.297</b>
Petróleo e Derivados	-10.878	-3.210
Demais	11.083	10.507

Fonte: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br) - (Comércio exterior - Estatística do comércio exterior - Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 28/02/2018)



## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

**18.1. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica**

Os dados disponíveis apontam predomínio das exportações industriais brasileiras em bens de: 1) baixa tecnologia; e de: 2) média-alta tecnologia. As exportações de bens de alta tecnologia, com maior valor agregado é pequena. Por outro lado, em termos de importações de bens industriais, o que predomina na demanda externa do Brasil são produtos de: 1) média-alta tecnologia; e de: 2) alta tecnologia, indicando que o Brasil é um grande importador de bens de maior valor agregado, com mais inovações e de maior tecnologia.

**TABELA 49 – BRASIL: Exportação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Bilhões**

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/ Var.%1/	2015 Part.%
<b>Total</b>	<b>242,6</b>	<b>242,0</b>	<b>225,1</b>	<b>191,1</b>	<b>-15,1</b>	<b>100</b>
<b>Produtos não industriais</b>	<b>75,6</b>	<b>68,0</b>	<b>63,1</b>	<b>66,2</b>	<b>-22,9</b>	<b>35,7</b>
<b>Produtos industriais</b>	<b>166,9</b>	<b>173,9</b>	<b>161,8</b>	<b>121,9</b>	<b>-10</b>	<b>64,3</b>
<b>I. Alta tecnologia</b>	<b>9,9</b>	<b>9,7</b>	<b>9,6</b>	<b>9,2</b>	<b>3,0</b>	<b>4,6</b>
Aeronáutica e aeroespacial	5,6	5,6	5,8	6,5	10,7	3,4
Farmacêutica	2,1	2,0	1,9	1,3	-16,7	0,7
Outros	2,2	2,1	1,8	1,5	-5,7	0,6
<b>II. Média-alta tecnologia</b>	<b>40,7</b>	<b>39,8</b>	<b>34,5</b>	<b>33,1</b>	<b>-9,9</b>	<b>17,3</b>
Veículos automotores, reboques/semi-reboques	14,6	15,9	11,4	11,0	-2,9	5,6
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	10,7	10,3	10,0	11,3	-10,9	5,9
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	11,4	9,7	9,3	7,6	-15,1	4,0
Outros	3,9	3,9	3,6	3,1	-15,3	1,6
<b>III. Média-baixa tecnologia</b>	<b>38,8</b>	<b>41,4</b>	<b>36,5</b>	<b>27,1</b>	<b>-12</b>	<b>14,2</b>
Produtos metálicos	21,8	19,1	20,6	17,8	-4,6	9,3
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	10,5	9,4	8,7	2,6	-45	1,5
Outros	6,5	12,9	7,1	6,5	-6,9	3,4
<b>IV. Baixa tecnologia</b>	<b>77,4</b>	<b>83,0</b>	<b>81,2</b>	<b>53,3</b>	<b>-11,1</b>	<b>27,9</b>
Alimentos, bebidas e tabaco	62,6	67,2	64,8	37,6	-14	19,7
Madeira e seus produtos, papel e celulose	8,6	9,2	9,5	9,8	4,4	5,2
Têxteis, couro e calçados	4,6	4,9	5,3	4,4	-16,6	2,3
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1,6	1,6	1,5	1,4	-6,1	0,6

**TABELA 50 – BRASIL: Importação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Bilhões**

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/ Var.%1/	2015 Part.%
<b>Total</b>	<b>223,2</b>	<b>239,7</b>	<b>229,1</b>	<b>171,5</b>	<b>-25,2</b>	<b>100</b>
<b>Produtos não industriais</b>	<b>28,4</b>	<b>33,9</b>	<b>32,1</b>	<b>20,8</b>	<b>-35,8</b>	<b>12,1</b>
<b>Produtos industriais</b>	<b>194,7</b>	<b>205,8</b>	<b>196,9</b>	<b>150,7</b>	<b>-23,4</b>	<b>87,9</b>
<b>I. Alta tecnologia</b>	<b>40,4</b>	<b>43,1</b>	<b>41,7</b>	<b>30,8</b>	<b>-20,3</b>	<b>18,0</b>
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	14,8	16,4	16,2	11,6	-28,6	6,7
Farmacêutica	8,9	9,7	9,5	7,2	-12,5	4,2
Instrumentos médicos de ótica e precisão	7,0	7,7	7,3	4,1	-19,4	2,4
Aeronáutica e aeroespacial	4,8	4,9	4,8	4,9	-1,1	2,9
Material de escritório e informática	4,8	4,3	3,9	3,0	-27,5	1,8
<b>II. Média-alta tecnologia</b>	<b>93,9</b>	<b>99,9</b>	<b>92,5</b>	<b>73,1</b>	<b>-21,7</b>	<b>42,7</b>
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	33,9	36,2	36,0	30,6	-17,2	17,9
Máquinas e equipamentos mecânicos, n. e.	26,7	27,7	24,4	18,4	-23,5	10,8
Veículos automotores, reboques/semirreboques	22,6	24,4	21,1	14,8	-30,2	8,6
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	8,9	10,2	9,3	7,6	-18,4	4,5
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	1,6	1,3	1,7	1,6	-3,7	0,9
<b>III. Média-baixa tecnologia</b>	<b>41,7</b>	<b>43,9</b>	<b>43,2</b>	<b>29,5</b>	<b>-32,7</b>	<b>17,2</b>
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	18,8	20,2	20,1	10,2	-49,5	6,0
Produtos metálicos	14,2	14,1	13,8	11,3	-20,5	6,6
Borracha e produtos plásticos	6,1	6,6	6,2	4,9	-21,5	2,8
Outros	2,6	3,0	3,1	3,0	-0,7	1,8
<b>IV. Baixa tecnologia</b>	<b>18,7</b>	<b>18,9</b>	<b>19,4</b>	<b>17,2</b>	<b>-17,7</b>	<b>10,1</b>
Têxteis, couro e calçados	6,9	7,1	7,4	6,2	-16,3	3,6
Alimentos, bebidas e tabaco	7,1	7,0	7,5	6,1	-18,2	3,5
Madeira e seus produtos, papel e celulose	2,4	2,3	2,2	1,4	-27,1	0,8
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	2,3	2,4	2,3	3,5	-14,6	2,1

Obs.: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria. 1/ Variação percentual pela média diária, 2015 sobre 2014.

Dados extraídos do Boletim do Banco Central – Relatório anual 2013, referente aos dados de 2012 e 2013; Relatório anual 2015 referente aos dados de 2014 e 2015.

\*O boletim anual do Banco Central foi descontinuado, sendo os últimos dados divulgados do ano 2015.

**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****Referências de Comércio exterior****1. Camex aprova medidas relacionadas à política de Comércio Exterior**

No dia 07 de fevereiro, o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu pela manutenção de seis tipos de defensivos agrícolas, o que beneficia os produtores rurais e consumidores finais, além de garantir competitividade ao agronegócio brasileiro. Assim, não haverá alteração na alíquota dos produtos: fipronil, clorpirifós, imidacloprido, metomil, carbendazim e tebutiourom. Com esta decisão, os itens permanecem com 0% de Imposto de Importação.

A Camex decidiu, ainda, não elevar o Imposto de Importação da borracha natural, que permanece com a alíquota de 4%. No entanto, determinou a criação de um Grupo de Trabalho para analisar medidas de outra natureza que possam beneficiar o setor.

O Conselho de Ministros também aprovou a Resolução Camex que define o conceito de exportação de serviços para permitir melhor acesso aos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação (Proex e Seguro de Crédito às Exportações, ao amparo do Fundo de Garantia às Exportações, e linhas de crédito do BNDES).

A Resolução trará também o detalhamento da elegibilidade aos mecanismos de apoio quando a prestação de serviços envolver filiais, sucursais e consórcios de pessoas físicas ou jurídicas brasileiras e definirá os documentos aceitos para a comprovação ou reconhecimento de exportações de serviços apoiadas por crédito oficial. Segundo a Camex, a medida é necessária para dar mais segurança jurídica aos operadores, tendo em vista que todo o arcabouço legal existente foi fundamentado na exportação de bens.

**2. Em Washington, Marcos Jorge defende aço brasileiro de eventual sobretaxa dos EUA**

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no dia 27 de fevereiro, reuniu-se com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, para tratar de temas relacionados ao comércio bilateral. A pauta central foi a possibilidade, estudada pelo governo do presidente Donald Trump, de sobretaxar as importações de aço norte-americanas. Medida que, se confirmada, afetará produtores brasileiros. O ministro defendeu a complementaridade do comércio entre ambos os países e disse que o aço brasileiro não ameaça os EUA.

O governo norte-americano estuda três possibilidades de sanções tarifárias contra as importações de aço. Na avaliação dos EUA, reduzir importações pode contribuir para o aumento da utilização da capacidade produtiva instalada das siderúrgicas do País.

Ross se comprometeu a analisar os números apresentados pela delegação brasileira e repassá-los ao presidente Trump, que é quem vai definir essa situação. Ele, entretanto, tranquilizou os brasileiros ao dizer que, mesmo que haja alguma aplicação de medida que afete o Brasil, ainda haverá a possibilidade de pedido de recurso, o que poderia reverter a eventual taxaço.

**3. Balança comercial tem superávit recorde de US\$ 4,9 bi em fevereiro**

A balança comercial brasileira fechou o mês de fevereiro com superávit recorde de US\$ 4,907 bilhões, resultado de exportações de US\$ 17,315 bilhões e importações de US\$ 12,408 bilhões. É o melhor saldo comercial registrado no mês de fevereiro da série histórica, registrada desde 1989. O recorde anterior era o de fevereiro do ano passado, de US\$ 4,6 bi.

O aumento das exportações deve-se especialmente ao crescimento dos embarques de manufaturados (41,6%). Fevereiro registou vendas de plataforma para extração de petróleo (de zero para US\$ 1,5 bilhão), máquinas para terraplanagem (64,9%), autopeças (28,6%), automóveis de passageiros (28,4%), motores para veículos e partes (27,7%) e óleos combustíveis (26,8%).

Os resultados de fevereiro impactaram também no primeiro bimestre do ano, que teve superávit recorde de US\$ 7,7 bilhões, com aumento das exportações de 12,9% e de importações de 15%. Os dados do primeiro bimestre de 2018 mantêm a expectativa de superávit da balança comercial em 2018.

**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**

A balança comercial paranaense em 2017 foi positiva e superior às dos dois anos anteriores: US\$ 6,6 bilhões. As projeções atuais apontam continuidade do crescimento dos saldos das contas externas do Paraná em 2018. Em 2016 houve melhora expressiva dos superávits da balança comercial do Paraná, comparadas a 2015: o dólar mais valorizado a partir de agosto de 2015 e 1.º semestre de 2016, e também o desempenho de ramos importantes da indústria paranaense: veículos, madeira e papel/celulose, contribuíram para a superação da sequência 2008/2014, anos que apresentavam saldos inferiores aos de 2015. A corrente de comércio do Paraná (exportações mais importações) em 2017 foi maior que a do biênio anterior devido a grande queda das importações. Os números de janeiro/2018 foram superiores aos de janeiro/2017.

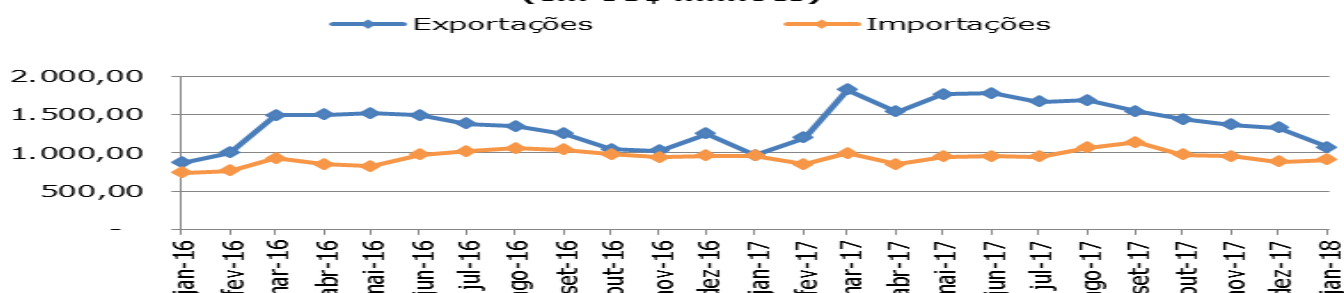
O cenário econômico atual indica início de recuperação, principalmente a partir da reversão em indicadores importantes como: queda na inflação, redução dos juros do BC, aumento do PIB, criação de empregos e queda da desocupação e substancial melhoria nas contas externas: exportações menos importações.

A participação das exportações e importações do Paraná com os países do MERCOSUL tem sido maiores com a Argentina, especialmente depois dos exportadores paranaenses terem atendidas algumas das reivindicações do novo governo daquele país, em benefício de produtos do Estado. Por outro lado, as relações comerciais de menor valor monetário têm sido realizadas com a Venezuela.

**TABELA 51 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO**  
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
<b>2008</b>	<b>15.247,18</b>	<b>14.570,22</b>	<b>676,96</b>	<b>29.817,40</b>
<b>2009</b>	<b>11.222,83</b>	<b>9.620,84</b>	<b>1.601,98</b>	<b>20.843,67</b>
<b>2010</b>	<b>14.176,01</b>	<b>13.956,96</b>	<b>219,05</b>	<b>28.132,97</b>
<b>2011</b>	<b>17.394,23</b>	<b>18.767,23</b>	<b>-1.373,00</b>	<b>36.161,46</b>
<b>2012</b>	<b>17.709,59</b>	<b>19.387,10</b>	<b>-1.677,52</b>	<b>37.096,69</b>
<b>2013</b>	<b>18.239,20</b>	<b>19.343,80</b>	<b>-1.104,60</b>	<b>37.583,00</b>
<b>2014</b>	<b>16.332,15</b>	<b>17.294,27</b>	<b>-962,12</b>	<b>33.626,42</b>
<b>2015</b>	<b>14.909,08</b>	<b>12.448,70</b>	<b>2.460,38</b>	<b>27.357,78</b>
<b>2016</b>	<b>15.171,10</b>	<b>11.092,31</b>	<b>4.078,79</b>	<b>26.263,41</b>
<b>2017</b>	<b>18.082,39</b>	<b>11.518,55</b>	<b>6.563,85</b>	<b>29.600,94</b>
Jan	965,26	958,91	6,35	1.924,17
Fev	1.193,92	851,18	342,73	2.045,10
Mar	1.820,66	995,78	824,89	2.816,44
Abr	1.536,94	847,97	688,97	2.384,90
Mai	1.766,57	951,75	814,82	2.718,32
Jun	1.775,19	953,49	821,69	2.728,68
Jul	1.665,05	948,86	716,19	2.613,90
Ago	1.683,54	1.064,32	619,22	2.747,86
Set	1.541,81	1.139,59	402,23	2.681,40
Out	1.439,47	972,74	466,72	2.412,21
Nov	1.367,06	953,23	413,83	2.320,29
Dez	1.326,95	880,73	446,22	2.207,67
<b>2018</b>	<b>1.069,45</b>	<b>907,09</b>	<b>162,36</b>	<b>1.976,54</b>
Jan	1.069,45	907,09	162,36	1.976,54

**Paraná: Exportações X Importações**  
(em US\$ milhões)



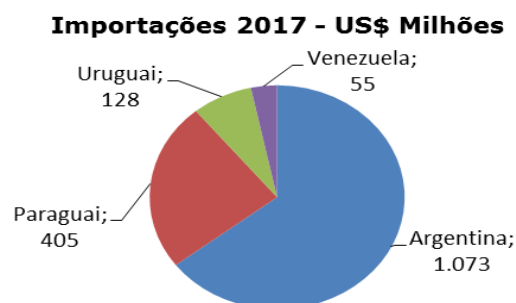
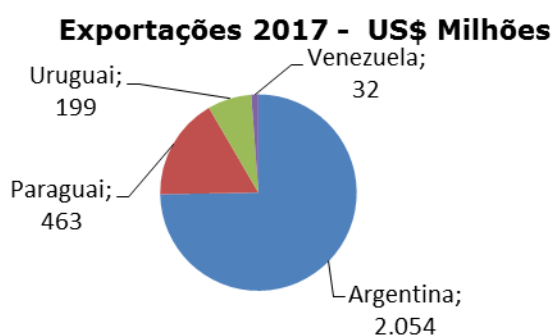
## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

## Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 52 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>2018 (Jan)</b>						
Argentina	107	65,37	65	66,56	42	171
Paraguai	43	26,09	26	27,02	16	69
Uruguai	14	8,45	4	4,51	9	18
Venezuela	0,1	0,10	2	1,92	-1,9	2,1
<b>MERCOSUL</b>	<b>163</b>	<b>100,00</b>	<b>97</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>260</b>
<b>2017</b>						
Argentina	2.054	74,74	1.073	64,63	981	3.126
Paraguai	463	16,85	405	24,37	59	868
Uruguai	199	7,23	128	7,69	71	326
Venezuela	32	1,18	55	3,31	-23	87
<b>MERCOSUL</b>	<b>2.748</b>	<b>100,00</b>	<b>1.660</b>	<b>100,00</b>	<b>1.088</b>	<b>4.408</b>
<b>2016</b>						
Argentina	1.537	69,50	1.119	63,10	417	2.656
Paraguai	426	19,27	493	27,77	-67	919
Uruguai	158	7,13	109	6,12	49	266
Venezuela	91	4,10	53	3,01	37	144
<b>MERCOSUL</b>	<b>2.211</b>	<b>100,00</b>	<b>1.774</b>	<b>100,00</b>	<b>437</b>	<b>3.985</b>
<b>2015</b>						
Argentina	1.087	55,92	1.382	77,68	-295	2.468
Paraguai	532	27,37	308	17,31	223	840
Uruguai	156	8,02	84	4,72	72	240
Venezuela	170	8,74	5	0,28	165	174
<b>MERCOSUL</b>	<b>1.944</b>	<b>100,00</b>	<b>1.779</b>	<b>100,00</b>	<b>165</b>	<b>3.723</b>
<b>2014</b>						
Argentina	1.204	54,19	1.814	72,47	-560	2.488
Paraguai	613	27,59	545	21,77	51	977
Uruguai	161	7,25	133	5,31	11	239
Venezuela	244	10,98	11	0,44	199	221
<b>MERCOSUL</b>	<b>2.222</b>	<b>100,00</b>	<b>2.503</b>	<b>100,00</b>	<b>-264</b>	<b>3.558</b>

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta: 28/02/2018)



**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE****TABELA 53 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2018 (JAN)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	18,00	19,23
2	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	13,98	14,94
3	Aubos minerais ou químicos, que contenham nitrogênio, fósforo e potássio	8,87	9,48
4	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	7,99	8,53
5	Outras carnes de suíno, congeladas	7,92	8,46
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	4,75	5,08
7	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	3,90	4,17
8	Tratores rodoviários para semi-reboques	3,48	3,72
9	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	3,36	3,59
10	Colheitadeiras combinadas com debulhadoras	2,66	2,84
11	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	2,51	2,68
12	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	2,28	2,44
13	Cervejas de malte	2,10	2,24
14	Outros tratores, com potência de motor > 75 kW, mas < 130 kW	1,99	2,13
15	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, de não coníferas	1,89	2,02
16	Outras máquinas e aparelhos para colheita	1,72	1,83
17	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	1,69	1,80
18	Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	1,59	1,70
19	Outros pneumáticos novos, de borracha	1,46	1,56
20	Outros recipientes tubulares, de alumínio, de capacidade não superior a 300 litros	1,45	1,55
-	<b>Total</b>	<b>93,58</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 54 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2018 (JAN)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	28,42	36,93
2	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	7,57	9,84
3	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	5,41	7,02
4	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	4,05	5,26
5	Outros inseticidas, apresentados de outro modo	3,37	4,38
6	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	2,88	3,74
7	Milho em grão, exceto para semeadura	2,85	3,71
8	Garrafões, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	2,60	3,38
9	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	2,54	3,30
10	Farinha de trigo	2,43	3,16
11	Outras caixas de marchas	2,23	2,89
12	Carnes desossadas de bovino, congeladas	2,01	2,61
13	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	1,85	2,40
14	Metanol (álcool metílico)	1,83	2,37
15	Sebo bovino fundido (incluindo o premier jus)	1,55	2,02
16	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	1,38	1,80
17	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	1,06	1,38
18	Azeitonas, não congeladas	1,03	1,34
19	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	0,95	1,24
20	Outros motores diesel/semidiesel	0,93	1,21
-	<b>Total</b>	<b>76,95</b>	<b>100,00</b>

## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 55 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

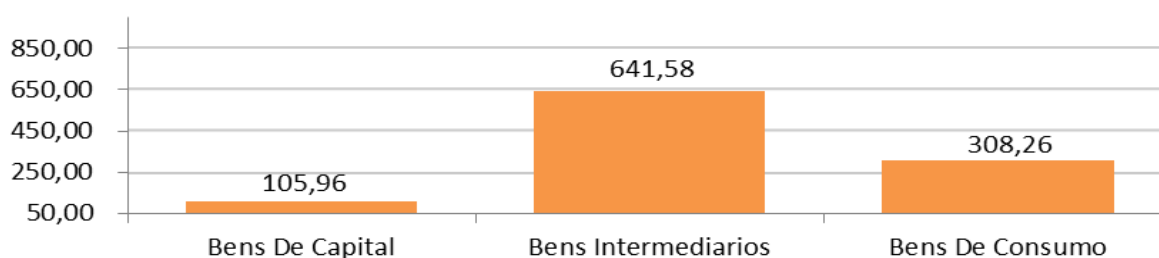
Nº	2017 (JAN-DEZ)			2018 (JAN)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	4.666,99	43,10	China	181,67	28,36
2	Argentina	2.053,61	18,96	Argentina	106,74	16,66
3	Estados Unidos	890,76	8,23	Países Baixos (Holanda)	93,50	14,60
4	Países Baixos (Holanda)	544,43	5,03	Estados Unidos	68,64	10,72
5	Japão	511,02	4,72	Paraguai	42,60	6,65
6	Arábia Saudita	501,78	4,63	Arábia Saudita	37,17	5,80
7	Paraguai	463,08	4,28	Emirados Árabes Unidos	32,08	5,01
8	Alemanha	448,49	4,14	Chile	27,45	4,28
9	México	392,47	3,62	Hong Kong	25,96	4,05
10	Coreia Do Sul	355,88	3,29	Índia	24,74	3,86
---	<b>Total</b>	<b>10.828,51</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>640,55</b>	<b>100,00</b>

TABELA 56 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2018 (JAN) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	131,03	19,32
2	Pedaços e miudezas de galos e galinhas, congelados	126,23	18,61
3	Carnes de galos e galinhas, não cortadas, congeladas	47,37	6,98
4	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	44,73	6,59
5	Pasta Química de madeira não conífera semi branqueada	43,39	6,40
6	Outros açúcares de cana	40,73	6,00
7	Outras madeiras compensadas folheada, espessura <=6mm	39,68	5,85
8	Válvulas Tipo Gaveta	27,26	4,02
9	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	25,41	3,75
10	Outros papeis e cartões para escrita de fibra mecânica >10%,Rolos	21,67	3,19
11	Milho em grão, exceto para semeadura	19,72	2,91
12	Automóveis com motor a explosão, cilindrada<=1000Cm3	18,37	2,71
13	Café solúvel, mesmo descafeinado	17,86	2,63
14	Outras carnes de suíno congeladas	16,72	2,46
15	Madeira Serrada Ou Fendida Longitudinalmente	15,47	2,28
16	Madeira De Coníferas, Perfilada	14,58	2,15
17	Automóveis com motor a explosao, 1500<cm3<=3000	14,46	2,13
18	Pasta Química de madeira conífera semi branqueada	13,62	2,01
19	Outros couros e peles de bovinos	12,63	1,86
20	Outros papéis revestidos, estratificados com alumínio, impresso em rolos ou folhas	11,42	1,68
-	<b>Total</b>	<b>678,29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação) (Consulta em 28/02/2018)

**PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS**  
(Jan - Jan de 2018)(2)  
(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 28/02/2018)

(\*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.  
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)  
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 57 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2018 (JAN)			2018 (JAN)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	325,47	33,36	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	284,32	32,35
Aladi	264,29	27,09	União Europeia - Ue	256,17	29,15
União Europeia - Ue	195,60	20,05	Sem Agrupamento Especifico	181,31	20,63
Oriente Médio	99,79	10,23	Aladi	137,34	15,63
Demais Blocos	90,44	9,27	Aelc	19,77	2,25
<b>Total</b>	<b>975,59</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>878,92</b>	<b>100,00</b>

(\*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

TABELA 58 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2017 (JAN-AGO)

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	947,32	13,36
2	Cargill Agricola S A	735,37	10,37
3	Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	664,57	9,37
4	Bunge Alimentos S/A	647,66	9,14
5	Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda	627,54	8,85
6	Klabin S.A.	545,40	7,69
7	Usina De Acucar Santa Terezinha Ltda	345,62	4,88
8	Shb Comercio E Industria De Alimentos S.A.	344,40	4,86
9	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	326,80	4,61
10	Brf S.A.	234,92	3,31
11	Adm Do Brasil Ltda	210,26	2,97
12	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	207,55	2,93
13	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	198,25	2,80
14	Gavilon Do Brasil Comercio De Produtos Agrícolas Ltda.	192,03	2,71
15	Glencore Importadora E Exportadora S/A	169,95	2,40
16	Usina Alto Alegre S/A - Acucar E Alcool	152,74	2,15
17	Cooperativa Agroindustrial Lar	145,34	2,05
18	Nidera Sementes Ltda.	135,49	1,91
19	Cofco Brasil S.A	134,35	1,90
20	Companhia Cacique De Café Soluvel	123,87	1,75
---	<b>Total</b>	<b>7.089,42</b>	<b>100,00</b>

TABELA 59 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2017 (JAN-AGO)

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Volkswagen Do Brasil Ltda	496,04	13,77
2	Sul Plata Trading Do Brasil Ltda	388,48	10,78
3	Renault Do Brasil S.A	295,51	8,20
4	Flamma Oleos E Derivados Ltda	259,68	7,21
5	Oil Trading Importadora E Exportadora Ltda.	249,12	6,91
6	Fertipar Fertilizantes Do Parana Limitada	244,34	6,78
7	Mosaic Fertilizantes Do Brasil Ltda.	243,85	6,77
8	Yara Brasil Fertilizantes S/A	194,29	5,39
9	Greenenergy Brasil Trading S.A.	142,81	3,96
10	Blueway Trading Importacao E Exportacao S.A.	139,37	3,87
11	Electrolux Do Brasil S/A	134,02	3,72
12	Brf S.A.	125,01	3,47
13	Cooperativa Agraria Agroindustrial	113,36	3,15
14	Macrofertil Industria E Comercio De Fertilizantes S.A.	108,01	3,00
15	Novo Nordisk Farmaceutica Do Brasil Ltda	85,03	2,36
16	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	80,91	2,25
17	Adama Brasil S/A	79,24	2,20
18	Fertilizantes Heringer S.A.	78,12	2,17
19	Nortox Sa	77,62	2,15
20	Iveco Latin America Ltda	68,55	1,90
---	<b>Total</b>	<b>3.603,41</b>	<b>100,00</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior) (Consulta em 28/02/2018)

Últimos dados disponíveis referentes às Tabelas 59 e 60 são referentes à Agosto. (consulta em 28/02/2018).

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 60 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO (Em US\$ Milhões)				
Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
2008	5.787,48	9.152,08	307,62	15.247,18
2009	4.985,13	6.024,36	213,33	11.222,83
2010	5.983,15	7.921,86	270,99	14.176,01
2011	7.952,48	9.056,69	385,06	17.394,23
2012	8.356,71	9.022,70	330,17	17.709,59
2013	9.068,37	8.916,49	254,34	18.239,20
2014	8.304,08	7.775,25	252,79	16.332,12
2015	7.649,59	7.084,25	175,24	14.909,08
2016	7.208,75	7.870,82	91,54	15.171,10
Nov	304,33	716,73	5,98	1.027,05
Dez	431,21	806,62	11,76	1.249,59
2017	8.665,70	9.298,58	118,12	18.082,39
Jan	415,58	539,13	10,55	965,26
Fev	542,99	642,88	8,04	1.193,92
Mar	1.066,41	740,12	14,14	1.820,66
Abr	860,08	668,27	8,58	1.536,94
Mai	863,28	889,81	13,48	1.766,57
Jun	862,39	901,23	11,56	1.775,19
Jul	806,84	847,53	10,68	1.665,05
Ago	814,83	856,75	11,95	1.683,54
Set	769,96	766,34	5,51	1.541,81
Out	630,69	801,12	7,65	1.439,47
Nov	567,86	790,76	8,43	1.367,06
Dez	464,78	854,64	7,53	1.326,95
2018	431,94	626,06	11,45	1.069,45
Jan	431,94	626,06	11,45	1.069,45

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) Dados sujeitos à alterações.  
(Consulta: 28/02/2018)

TABELA 61 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2018 (JAN) (Em US\$ Milhões)							
Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen tual (%)	Importações	Percen tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	São José dos Pinhais	112,15	16,78	153,13	21,66	-40,98	265,28
2	Paranaguá	106,54	15,94	144,31	20,41	-37,77	250,86
3	Curitiba	92,82	13,89	205,14	29,02	-112,31	297,96
4	Maringá	70,22	10,51	15,43	2,18	54,78	85,65
5	Ponta Grossa	45,16	6,76	29,55	4,18	15,61	74,72
6	Londrina	42,29	6,33	17,37	2,46	24,92	59,66
7	Araucária	33,58	5,03	104,33	14,76	-70,75	137,91
8	Guarapuava	27,29	4,08	1,47	0,21	25,82	28,76
9	Cascavel	24,39	3,65	12,01	1,70	12,38	36,40
10	Rolândia	22,23	3,33	2,94	0,42	19,29	25,17
11	Palotina	21,04	3,15	2,24	0,32	18,80	23,28
12	Telêmaco Borba	18,78	2,81	1,69	0,24	17,08	20,47
13	Cafelândia	17,89	2,68	1,13	0,16	16,75	19,02
14	Foz do Iguaçu	16,95	2,54	14,01	1,98	2,94	30,97
15	Campo Mourão	16,90	2,53	2,18	0,31	14,72	19,08
--	<b>Total</b>	<b>668,22</b>	<b>100,00</b>	<b>706,95</b>	<b>100,00</b>	<b>-38,73</b>	<b>1.375,18</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)  
(Consulta em 28/02/2018)



**20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA**

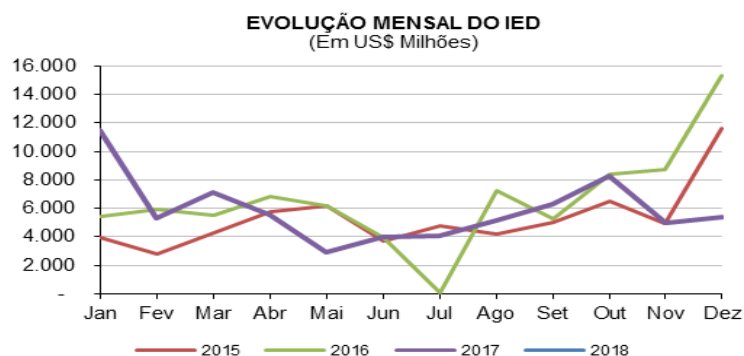
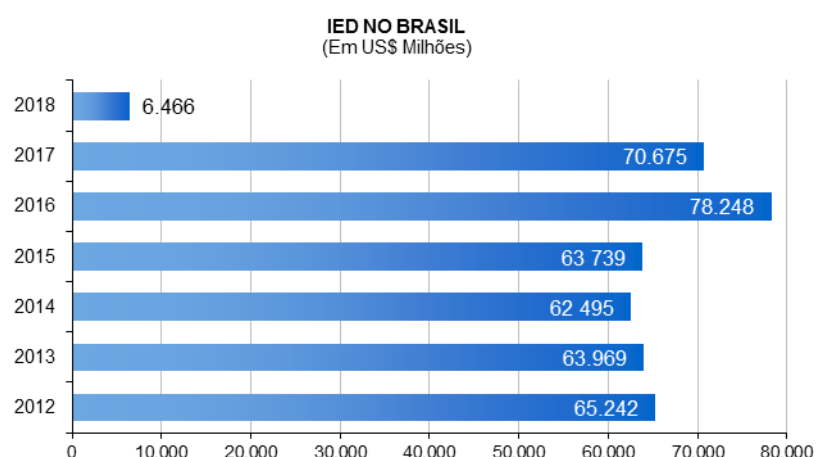
O ano de 2017 teve um IED positivo que atingiu US\$ 70,7 bilhões. A crise econômica e política no Brasil, com diferentes nuances, ainda não totalmente superados, permitiu aos investidores do exterior usufruírem custos cambiais menores nas importações e maior poder de compra do US\$ comparado ao R\$. Nesse momento, na virada do ano, a recuperação de diversos indicadores conjunturais, permitiram melhorar bastante as perspectivas de elevação da entrada de IED. Em 2016, o IED superou valores de 2015 em quase US\$ 15 bilhões, o maior IED desde 2006.

As projeções atuais apontam para manutenção da tendência de crescimento em 2018, especialmente considerando-se a ocorrência simultânea de variáveis que apontam para recuperação: redução da inflação, queda nos juros do BC, aumento do PIB, início de recuperação do emprego, elevação expressiva do consumo das famílias, sob estímulo, dentre outros, dos saldos de contas do FGTS, do PIS/PASEP, do 13.º salário e devolução de valores das declarações do IR.

A retração pelas agencias internacionais da nota do Brasil, do “*grau de investimento*” para “*grau especulativo*” produziu impactos imediatos mais intensos, mas agora amenizados.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar a produção interna e melhorar produtividade. Considera somente o *capital externo produtivo*, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do *capital externo especulativo*, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que visa retorno mais imediato, ou seja, não permanece por longo prazo. Com uma crise, sai do país, pouco contribuindo em empregos, produtos ou serviços.

TABELA 62 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL		
Período	Valor em US\$ Milhões*	Varição Percentual
<b>2007</b>	<b>34.584</b>	<b>83,74</b>
<b>2008</b>	<b>45.058</b>	<b>30,29</b>
<b>2009</b>	<b>25.948</b>	<b>-42,41</b>
<b>2010</b>	<b>48.506</b>	<b>86,93</b>
<b>2011</b>	<b>66.660</b>	<b>37,43</b>
<b>2012</b>	<b>65.242</b>	<b>-2,13</b>
<b>2013</b>	<b>63.969</b>	<b>-2,00</b>
<b>2014</b>	<b>62.495</b>	<b>-2,30</b>
<b>2015</b>	<b>63.739</b>	<b>1,99</b>
<b>2016</b>	<b>78.896</b>	<b>23,78</b>
Dez	15.409	76,07
<b>2017</b>	<b>70.675</b>	<b>-10,28</b>
Jan	11.528	-25,19
Fev	5.306	-53,97
Mar	7.109	33,97
Abr	5.577	-21,54
Mai	2.926	-47,55
Jun	3.991	36,43
Jul	4.093	2,55
Ago	5.138	25,53
Set	6.339	23,37
Out	8.240	29,98
Nov	5.021	-39,06
Dez	5.407	7,70
<b>2018</b>	<b>6.466</b>	<b>-43,91</b>
Jan	6.466	19,57



Fonte: www.bcb.gov.br - (Economia e Finanças- Notas econômico financeiras para a imprensa – Setor Externo – Quadro X) (Consulta em 28/02/2018)  
(\* ) Dados preliminares; Acumulado no Ano.

**21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB**

A DEB, existente em dezembro/2017, caiu bastante em relação a 2016, ano em que a DEB caiu comparada a valores de 2015 e 2014. A DEB total é o somatório das dívidas dos setores público (governos: federal, estaduais e municipais, Distrito Federal e empresas públicas) privado.

Em janeiro/2018, a dívida externa total cresce 7u: US\$ 313,9 bilhões, sendo que a curto prazo representava 16,77% do total e a médio e longo prazo atingiu 83,23%.

Em dezembro/2017, os números mantinham a tendência anterior: maior participação da dívida de médio e longo prazo no total da dívida: 83,48%, superior à participação da dívida de curto prazo: 16,52%, importante para reduzir a pressão para pagamentos e desembolsos. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade para pagamento e renegociações.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes nos desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo grande, não indica, necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar maior eficiência e capacidade para captação de recursos que sejam necessários e importantes para o setor público ou empresários do setor privado. Desde que utilizados sob um processo eficiente de gestão financeira podem ser perfeitamente justificáveis.

Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
<b>2010</b>	56.450	22,12	198.734	77,87	<b>256.804</b>
<b>2011</b>	39.040	13,13	258.310	86,87	<b>297.349</b>
<b>2012</b>	37.535	11,85	279.295	88,15	<b>316.831</b>
<b>2013</b>	32.855	10,53	279.166	89,51	<b>312.022</b>
<b>2014</b>	54.614	15,71	293.008	84,29	<b>347.621</b>
<b>2015</b>	56.103	16,61	281.629	83,39	<b>337.732</b>
<b>2016</b>	58.360	18,03	265.354	81,97	<b>323.714</b>
<b>2017</b>	51.144	16,52	258.363	83,48	<b>309.507</b>
<b>2018*</b>	52.658	16,77	261.257	83,23	<b>313.915</b>

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 28/02/2018) (\*) Dados de Janeiro

**21.1. Distribuição da Dívida: Setor Público X Setor Privado**

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para o período 2010-2015, conforme o Banco Central consta da Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2011 - 2015 foi, na média, responsável por mais da metade dessa dívida, superando 60% do total. O período 2011-2015 mostra forte inversão de tendência comparada a 2009-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2015, indica setor privado devedor de 61,8% do total da dívida externa, mais de 20% acima da dívida externa do setor público. A dívida do setor privado cresceu mais a partir de 2011, sob estímulo dos baixos juros externos e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais, Distrito Federal, mais as estatais.

Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
<b>2010 (1)</b>	45,0	55,0	100
<b>2011 (2)</b>	37,2	62,8	100
<b>2012 (3)</b>	36,3	63,7	100
<b>2013 (4)</b>	38,5	61,5	100
<b>2014 (5)</b>	39,4	60,6	100
<b>2015 (6)</b>	38,2	61,8	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135). (2) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (3) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129). (4) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121). (5) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 119). (6) Boletim Anual – 2015 do Banco Central do Brasil (p. 121)

## 22. RESERVAS CAMBIAIS

Em fevereiro/2018 as reservas cambiais brasileiras somavam US\$ 382 bilhões. Parcela desse valor está associada ao aumento do saldo da balança comercial e desvalorização do Real-R\$ frente ao US\$, no período 2015/2016 e também ao desempenho do comércio exterior em 2017.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico; permitem um “*lastro cambial*” que revela um elevado estoque de divisas no BC, e que vem atuando como um *colchão amortecedor* desde o início da crise mundial de 2008. Permitiu ao Brasil, até 1º semestre de 2014, maior credibilidade no mercado externo, e manter o “*grau de investimento*” obtido nos anos de 2008 e 2009, além de ampliar a entrada de capital externo.

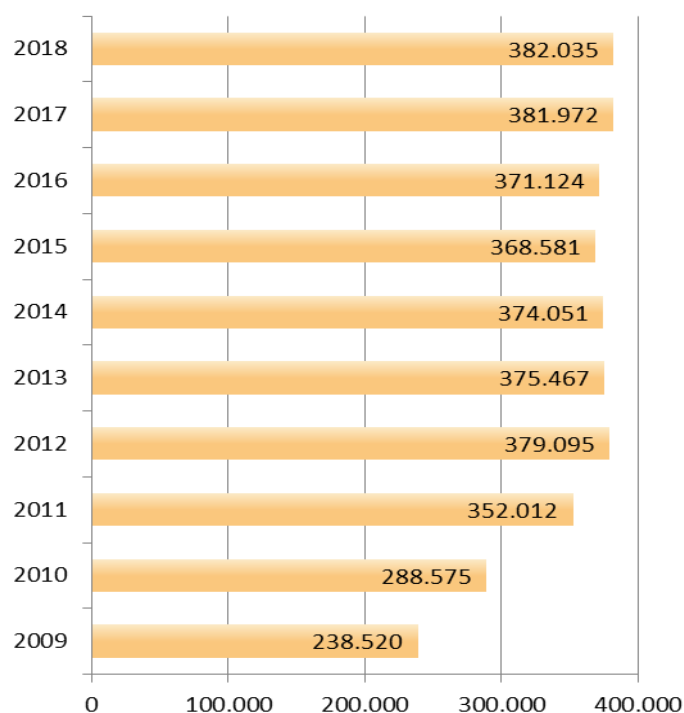
Atualmente, o **grau de investimento** da economia concedido pelas três agências internacionais de classificação de risco (\*\*) foi baixado para **grau especulativo**. A redução da nota pelas agências significa que o acesso a crédito no exterior poderá ser contido, os juros pagos poderão crescer e também poderia incentivar a retirada de aplicações do exterior na economia brasileira. Nas condições atuais, a nova nota do Brasil no cenário global, representa risco maior considerando elevação das incertezas para os investidores.

Parcela dos US\$ da reserva cambial pode ser considerada especulativa, devido juros maiores pagos pelos títulos do governo brasileiro, comparados à remuneração de outros países. É um volume de divisas importante para o Brasil, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o “capital especulativo” volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, diante de distúrbios no mercado ou mesmo limitações políticas e econômicas internas poderão, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de grande entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações ou até mesmo empréstimos do exterior.

**TABELA 65 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS**  
(Em US\$ Milhões)

Período	Reservas Cambiais no Banco Central (*)	Varição Sobre o Período Anterior
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
2016	371.124	0,69
2017	381.972	2,93
Fev	375.331	0,38
Mar	375.297	-0,01
Abr	376.112	0,22
Mai	377.322	0,32
Jun	377.976	0,17
Jul	381.029	0,81
Ago	382.270	0,33
Set	382.145	-0,03
Out	380.183	-0,51
Nov	381.153	0,26
Dez	381.972	0,21
2018	--	--
Jan	383.671	0,54
Fev	382.085	-0,43

**Evolução das Reservas Cambiais (\*) (US\$ milhões)**



Fonte: www.bc.gov.br - (Economia e Finanças - Indicadores de conjuntura - Reservas

Internacionais - Dados diários) (Consulta em 31/01/2018)

(\*) Reservas de 2017 referentes ao dia 30/01/2018. (\*\*) As Agências são: Fitch; Moody's ; e Standart & Poor's (S&P). Em Janeiro de 2018 a agência S&P rebaixou a nota do Brasil de BB para BB-, ainda dentro da categoria de especulação.